



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO

RAFAEL AUGUSTUS SÊGA

CURITIBA
2008

RAFAEL AUGUSTUS SÊGA

**JOVEM VARGAS, REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DE
GETÚLIO VARGAS ANTERIOR À REVOLUÇÃO DE 1930.**

Relatório final apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, linha de pesquisa “Sociedade e Política nas Democracias Contemporâneas”, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão do Professor Doutor Renato Monseff Perissinotto. De acordo com o artigo 8º da resolução número 80/04 do CEPE, de 24 de setembro de 2004.

CURITIBA
NOVEMBRO DE 2008

Artigo 8º - “Ao término do período de sua permanência na instituição, o pós-doutorando deverá apresentar em audiência pública, organizada e presidida pelo professor responsável, os resultados de pesquisa executada durante o período do pós-doutorado” (Resolução número 80/04 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná, de 24 de setembro de 2004).

Sumário

Introdução.....	05
Anexo 1.....	08
Anexo 2.....	32
Anexo 3.....	56
Anexo 4.....	57
Anexo 5.....	58
Anexo 6.....	59
Ata.....	60
Declaração.....	61

Introdução

No início do ano letivo de 2008, fui aprovado no curso de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, linha de pesquisa: “Sociedade e Política nas Democracias Contemporâneas”, da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão do Professor Doutor Renato Monseff Perissinotto com o projeto “Jovem Vargas, reflexões sobre a formação cultural de Getúlio Vargas anterior à Revolução de 1930”.

Dessa feita, ao propor integrar tal linha de pesquisa, cuja proposta principal é produzir “investigações empíricas e teóricas sobre a relação entre os grupos organizados e as instituições, os valores e os processos políticos das democracias contemporâneas”, tive a nítida noção de que o objeto de estudo, no caso parte da trajetória biográfica de Getúlio Vargas, não deveria ser tomada como um objeto empírico encerrado em si mesmo, mas sim “sociologicamente”, pois alinho-me ao entendimento de que minha pesquisa deve tentar identificar “a ação política de grupos sociais e políticos, o processo decisório das políticas públicas, os movimentos sociais, o poder local, os condicionantes institucionais e as formas de representação e participação que marcam as democracias contemporâneas, com especial atenção para o caso brasileiro”¹.

Optamos em seguir o referido curso tanto pela sua reconhecida excelência como pela disposição de supervisão por parte do professor doutor Renato Monseff Perissinotto.

¹ Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, linha de pesquisa: “Sociedade e Política nas Democracias Contemporâneas”. Disponível em forma de mídia eletrônica (internet): <http://www.pgsocio.ufpr.br/linhas.html>. (Acessado em 15 de dezembro de 2007).

Apresentação de resultados

A princípio, eu propus no projeto original um cronograma de trabalho para dois anos, mas o colegiado optou pela redução para um ano. Destarte, venho trabalhando no decurso do presente ano com o professor supervisor por meio de atividades por ele dirigidas e por mim concluídas:

- 1) **Redação de artigo acadêmico:** “Getúlio Vargas e o Partido Republicano Rio-Grandense”, enviado para algumas revistas acadêmicas nacionais e aguardando parecer de aceite. (ANEXO 1)
- 2) **Redação do artigo acadêmico:** “Republicanismo Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)”, em co-autoria com o Professor Doutor Renato Monseff Perissinotto, enviado para algumas revistas acadêmicas e aguardando parecer de aceite. (ANEXO 2)

Trabalhos complementares

- 1) **Conferência proferida:** “Comparação das historiografias paranaense e gaúcha sobre a Revolução Federalista”, na “14ª Semana de História” da Fundação Cultural da Prefeitura Municipal de Curitiba, em 24 de setembro de 2008. (ANEXO 3)
- 2) **Apresentação de trabalho:** “Getúlio Vargas sob a perspectiva regional”, na “38ª Semana de História” do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 26 de setembro de 2008. (ANEXO 4)

- 3) **Texto publicado:** “Formação histórica do Paraná”, no livro “Curitiba: 315 anos de história, tradição e identidade”, organizado por Anthony Leahy, pela editora do Instituto Memória (Curitiba: 2008, pp. 152-59. ISBN 978-85-61801-04-5). (ANEXO 5)
- 4) **Lançamento de livro:** “Tempos belicosos, a Revolução Federalista no Paraná”, pela editora do Instituto Memória (Curitiba: 2008, ISBN 978-85-61801-04-5), em 30 de outubro de 2008, na Livraria Curitiba do Shopping Estação. (ANEXO 6)

Conclusão

Os objetivos iniciais do projeto foram plenamente atingidos, com contribuições reais para meu aprofundamento teórico-metodológico do tema, com destaque à pertinência da supervisão, levada a cabo pelo professor doutor Renato Monseff Perissinotto.

Apêndices

Todas as atividades acima descritas estão anexadas ao final.

Declaração

Declaro serem verdadeiras todas as informações aqui contidas. Nesse sentido, dato e firmo o presente relatório.

Curitiba, 07 de novembro de 2008.

Rafael Augustus Sêga

Getúlio Vargas e o Partido Republicano Rio-Grandense

As trajetórias de vida de Getúlio Vargas e de institucionalização do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) começaram quase simultaneamente. O PRR foi fundado em fevereiro de 1882 por políticos gaúchos com intuito de fomentar o ideário republicano no Estado do Rio Grande do Sul. Getúlio Dornelles Vargas, por sua vez, nasceu no mesmo Estado brasileiro, em São Borja, em abril de 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas.

As famílias Vargas e Dornelles tinham destaque naquela erma região de fronteira com a Argentina na segunda metade do século XIX. O avô paterno de Getúlio, Evaristo José Vargas, lutou na Guerra dos Farrapos; seu avô materno, Serafim Dornelles, foi major de milícias insurretas e seu pai, Manuel, lutou na Guerra do Paraguai (Araújo, 1985: 04) Após o conflito paraguaio, Manuel Vargas tornou-se tenente-coronel da Guarda Nacional, estabeleceu-se como estancieiro em São Borja e, em meados da década de setenta do século XIX, casou-se com Cândida Dornelles, com quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim (D'Araujo, 1997: 15).

No início da República, Manuel Vargas tornou-se o líder local do PRR em São Borja. Em 1893, combateu os maragatos na Revolução Federalista e chegou a lutar contra as tropas de Dinarte Dornelles, seu cunhado. Dentro desse meio familiar belicoso e contraditório é que Getúlio nasceu e cresceu e essa conjunção de caminhos entre Getúlio e o PRR marcaria profundamente a vida política brasileira por boa parte do século XX (Dutra, 1999a: 59). A liderança local dos Vargas está relacionada à “primeira crise de hegemonia do PRR” (Axt, 2005a: 41), pois com a morte prematura de Castilhos

em 1903, Borges teve que se apegar às lideranças locais para legitimar-se no governo de Estado e na direção do partido, concomitantemente.

Importantes fontes primárias sobre a trajetória de Getúlio Vargas no PRR foram compiladas por Carmen S. Aragonês Aita e Gunter Axt em um volume impresso pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1997, contendo todos os discursos proferidos por Getúlio entre 1903 e 1929. No presente artigo usaremos dessas fontes como objeto de análise, partindo do entendimento metodológico preconizado por Serge Bernstein (1996: 86) de que a ideologia de um partido constitui sempre a coluna vertebral das opiniões dos membros do mesmo, por mais oligárquico que ele seja. Temos a nítida noção de que a nossa opção de escolha dos excertos dos discursos que serão analisados aqui foram feitos de maneira subjetiva, mas não aleatória, pois nossa preocupação foi recuperar alguns discursos emblemáticos de Getúlio nas hostes do PRR em momentos de crises ou de mudança ao longo dos 26 anos aludidos, mesmo porque o presente texto é um artigo acadêmico, com limitações de tamanho. Todavia, esses discursos não serão tomados no sentido meramente empírico (descritivos) e sim como uma forma de abordagem da sociedade na qual eles estavam inseridos, no arrazoado de qualquer discurso é sempre arbitrário e refere-se sempre a outra coisa que não de si mesmo, uma vez que noção ocidental de discurso político origina-se na Ágora (o verbo grego *agorein* pode ser entendido como “falar para os outros”), pois para Maria José Coracini (1991: 43) no discurso político, o emissor deve ultrapassar mero “nível da convicção” e atingir o “nível da ação”; no nosso caso, o mando do PRR frente ao Estado do Rio Grande do Sul.

O PRR derivou do Clube Republicano de Porto Alegre que, em fevereiro de 1882, propôs uma convenção para eleição de uma comissão com poderes de organização de um partido republicano no Estado gaúcho. Participaram desse processo

republicanos engajados como Alcides de Mendonça Lima (1859-1935), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933), Demétrio Ribeiro (1850-1933), Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891), Fernando Fernandes Abbott (1857-1924), Germano Hasslocher (1862-1911), João de Barros Cassal (1858-1903), João Cezimbra Jacques (1848-1922), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916), Venâncio Aires (1841-1885), entre outros (Trindade, 1979: 123).

O primeiro congresso do PRR aconteceu em 1883, sob liderança de Júlio de Castilhos, que passou a organizar o periódico “A Federação”, impresso que se tornaria porta-voz do PRR entre 1884 e 1937. “A Federação” sempre tentou articular a divulgação do positivismo com questões políticas regionais e nacionais, além de apresentar ocorrências policiais, classificados (no período anterior à Lei Áurea de 1888, incluía-se compra e venda de escravos) e reclames comerciais (Silva, Jandira, 1986: 271).

Desde sua fundação, o PRR foi influenciado pela doutrina positivista de Augusto Comte, com ênfase na racionalidade e na “regeneração” da sociedade e, para tanto, apregoava que o aparato estatal deveria se colocar acima das classes sociais para gerenciar os conflitos inerentes do desenvolvimento capitalista, mas, no fundo, essa era a justificativa para a montagem de um projeto regional profundamente autoritário de modernização conservadora (Soares, 1998: 143). Ricardo Vélez Rodríguez, em seu trabalho “Castilhismo, uma filosofia da República”, mostra que o castilhismo original foi, essencialmente, uma adaptação promovida por Júlio de Castilho com o intento de substituir a noção do equilíbrio de interesses do liberalismo pela idéia da moralização dos indivíduos através da tutela do Estado (Rodríguez, 2000:74).

Em 1889, com a proclamação da República, o PRR (representante, em boa parte, de uma pequena burguesia urbana da capital) tentou consolidar o domínio sobre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas isso não se deu de forma pacífica, pois os antigos membros do Partido Liberal (representante dos pecuaristas da campanha) também almejavam o poder e organizaram o Partido Federalista. Esse confronto resultou na “Revolução Federalista”, entre 1893 e 1895, um conflito extremamente violento e que terminou com a vitória das forças do PRR e consolidou o “castilhismo-borgismo” à frente do governo estadual gaúcho (Sêga, 2005: 116).

“Castilhismo-borgismo” (Franco, 2003) é a expressão mais aceita para designar a corrente política levada a cabo pelo PRR no Rio Grande do Sul durante quase toda Primeira República, consolidada a partir da doutrina professada por Júlio de Castilhos e da prática política levada a cabo por Borges de Medeiros. Castilhos foi redator de “A Federação”, deputado constituinte, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e elaborador da Constituição do Estado gaúcho de 1891, já Borges manteve-se à frente do executivo gaúcho como presidente de 1898 a 1928, com interrupção entre 1909 a 1913 (gestão de Carlos Barbosa). Segundo Gunter Axt (2005b: 128), ao contrário do que muito se escreveu sobre a hegemonia suprema do PRR, a oposição não foi completamente extinta nos anos de Borges no poder, “pois a ameaça de um inimigo comum ativo preservava melhor a unidade interna do PRR”.

Entrementes, com a vitória do PRR em 1895, Manuel Vargas galgou notoriedade militar e política, chegando à intendente (prefeito) de São Borja em 1907. Seu filho Getúlio fez seus primeiros estudos em sua cidade natal e, em 1897, rumou para cursar “humanidades” em Ouro Preto, Minas Gerais, junto a seus irmãos mais velhos, que já estudavam lá, mas, no ano seguinte, os três voltaram para sua terra natal em função de

uma briga envolvendo estudantes gaúchos e paulistas, cujo resultado foi a morte de um jovem desafeto dos Vargas (Fausto, 2006: 23).

Diante de um começo conturbado em seus estudos secundários, Getúlio decidiu, em 1899, tentar a vida castrense e alistou-se no Sexto Batalhão de Infantaria de São Borja, aonde chegou a segundo sargento. No início de 1900, matriculou-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, com vistas à oficialidade. Porém, logo em seguida saiu da escola, alegando solidariedade a colegas que tinham sido expulsos por causa de um incidente disciplinar (Medeiros, 1998). Contudo, Getúlio ainda assentou praça no 25º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre. No início de 1903, quando Getúlio estava prestes a deixar o Exército, eclodiu uma ameaça de confronto militar entre Brasil e Bolívia, motivada pelo domínio do Acre, e ele chegou a ficar aquartelado no Mato Grosso; mas, nesse caso, a diplomacia prevaleceu pelo Tratado de Petrópolis e a guerra não vingou (Silva, Hélio, 2004: 28).

Logo que saiu do Exército, Getúlio completou seus estudos secundários e ingressou na Faculdade de Direito Livre de Porto Alegre como ouvinte (Carrazzoni, 1943: 29). Deveras, Getúlio fez sua iniciação na política gaúcha em 31 de outubro 1903, quando seus colegas acadêmicos escolheram-no para discursar na sessão fúnebre de sete dias em homenagem a Júlio de Castilhos:

“Júlio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é grande, é grande porque é sábio, é sábio porque quando o Brasil inteiro debate-se na noite trevosa da dúvida e da incerteza, quando outros Estados cobertos de andrajos com as finanças desmanteladas, batem às portas da bancarrota, o Rio Grande é o timoneiro da Pátria, é o santelmo brilhante espargindo luz para o futuro” (Vargas, 1997:66).

Nesse primeiro excerto podemos reparar um jovem de 21 anos com um vocabulário bem elaborado e com um texto bem montado, características bem

marcantes em Getúlio pela vida afora. Esse discurso de Getúlio pode ser considerado uma das balizas iniciais da construção da imagem de Júlio de Castilhos como patriarca e mentor do republicanismo gaúcho. Segundo Loiva Otero Félix (1996: 21), “Castilhos teve seu carisma ‘fabricado’ pela necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria para legitimar e justificar uma identidade”.

No início de 1904, Getúlio se matriculou como aluno regular e logo passou a reforçar seu entusiasmo castilhista-borgista (Freitas & Larangeira, 2003). Contudo, se politicamente Getúlio se identificava com os positivistas gaúchos, intelectualmente, seus autores prediletos eram Conde de Saint-Simon, Arthur Schopenhauer, Herbert Spencer, Friedrich Wilhelm Nietzsche, Charles Darwin e Émile Zola (Brandi, 2001: 5899).

Em 15 de agosto 1906, seus colegas acadêmicos escolheram-no outra vez para discursar, dessa vez para o presidente eleito Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909):

“Tremula neste préstito o alegre ondular das bandeiras simbólicas. Um é o estandarte glorioso desfraldado pelos heróis de 35. Outro é o lábaro da liberdade mineira que envolvera o martirologio dos Inconfidentes, e, finalmente, o pendão da Pátria Brasileira, integração dos sentimentos nacionais” (Vargas, 1997: 67).

Nota-se nesse trecho a importância da articulação política com o governo federal, por meio da identificação da terra gaúcha com a dos inconfidentes (Afonso Pena era mineiro). Outro ponto a destacar é a referência à Revolução Farroupilha, Sandra Pesavento (1980: 80) mostra-nos que tanto o PRR quanto seus opositores sempre buscaram vincular-se aos “ideais de 1835” e ao “decênio heróico”, como uma forma de “impor seus valores e justificar seu poder”.

No ano seguinte, Getúlio ingressou efetivamente na política partidária, filiando-se ao PRR, ao lado de um grupo de estudantes que ganhariam notoriedade mais tarde na política nacional. Joseph Love (1975: 234) chamou esse grupo de jovens acadêmicos de “Geração de 1907”, formado, principalmente, por Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho.

Ainda no ano de 1907, os remanescentes do Partido Federalista promoveram uma grande campanha em torno da candidatura de Fernando Abbot para a presidência do Rio Grande do Sul. Ressabiado, Borges achou melhor não se candidatar ao terceiro mandato e indicou para o pleito seu correligionário Carlos Barbosa Gonçalves. Para dar respaldo a essa iniciativa, Getúlio fundou com seus colegas o “Bloco Acadêmico Castilhistas” (Fontoura, 1958: 91) em apoio à candidatura do PRR:

“O Rio Grande do Sul assiste neste instante a uma nova hégira: são ovelhas desgarradas que voltam ao aprisco trazidas aos ombros de um bom pastor, são corações transviados que murmuram o *confiteor*, são filhos pródigos que regressam aos lares depois de ter sentido a trave de todas as amarguras, é enfim o Partido Republicano articulado, visceralmente unido aos mesmos princípios que tem feito sua grandeza, formando um quadrado de honra em torno da obra portentosa do *Mestre Imortal*” (Vargas, 1997: 78).

O trecho acima, redigido por Getúlio, foi retirado do “Manifesto Político dos Acadêmicos Castilhistas do Rio Grande do Sul”, publicado em “A Federação” em 27 de abril de 1907, e mostra bem o engajamento de Getúlio com a causa castilhistas em um momento de ruptura (Fernando Abbot era um ex-membro do PRR), nesse caso o texto conclama os dissidentes a retornarem à inexpugnável cidadela castilhistas (pelo menos essa idéia é passada e Castilhos é chamado de “mestre imortal”), por meio de uma oração na qual se reconheçam diante de Deus como pecadores (“confiteor”). Hégio

Trindade (1980: 84) ressaltou que essa dissensão no interior do PRR viria estimular a reorganização dos dissidentes, cujo grande articulador foi Joaquim Francisco de Assis Brasil. Já Gunter Axt (2005^a: 43) considera o engajamento de Getúlio contra a candidatura de Abbot o marco inicial de sua carreira no PRR e a reafirmação do poder dos Vargas em São Borja.

Tal bloco acabou contando também com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que viriam a ganhar destaque mais tarde na vida nacional: Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956). O senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) apoiou os jovens estudantes e ajudou-os a lançar o jornal “O Debate”, no qual tinha sua redação secretariada por Getúlio, que se formaria em Direito ao final do célebre ano como orador da turma. Luiz Alberto Grijó (1998: 78) destacou que a conclusão de um curso superior (de preferência Direito, mas Lindolfo Collor era farmacêutico) tornou-se uma espécie de “rito de passagem” e passou a ser quase uma prerrogativa para galgar os postos mais avançados do PRR e do governo gaúcho.

O destaque adquirido por Getúlio na eleição de Carlos Barbosa fez com que Borges o nomeasse como segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, no início de 1908 (Espírito Santo, 2005: 18). Nesse tempo, os promotores eram nomeados e o cargo era considerado o primeiro degrau da carreira política no PRR (Bischoff & Souto, 2004: 20).

Logo em seguida, Getúlio seria incluído na lista dos candidatos do partido à Assembléia dos Representantes (legislativo estadual gaúcho à época), essa casa de leis tinha suas prerrogativas bem cerceadas, diante da hipertrofia do executivo gaúcho e os trabalhos da mesma acabava limitando-se se reunir três vezes ao ano com o único

intuito de votar orçamento e verificar as contas do governo estadual (Piccolo, 1998: 197).

Eleito deputado estadual em março de 1909, Getúlio aproveitou os largos de período de ociosidade parlamentar para levar adiante sua carreira de advogado em São Borja, largando o Ministério Público. No início de 1911, casou-se com Darci Lima Sarmanho e, desse casamento, nasceram os filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio (Brandi, 2001: 5899).

Passemos a um trecho de um dos primeiros pronunciamentos parlamentares de Getúlio:

“Sr. Presidente, acho que a proposta do nosso ilustre Colega Dr. Alcides Cruz tem toda a oportunidade e vem ao encontro dos desejos e das aspirações dos republicanos rio-grandenses. A república em Portugal está vitoriosa. Parece que um abalo sísmico, uma dessas profundas convulsões geológicas abalou, de um extremo a outro, o solo português, esse velho solo sagrado, onde outrora aportaram as naus dos navegadores fenícios e dos marinheiros da Jônia. Esse velho solo sagrado por onde passou a onda tumultuária dos celtas, dos cartagineses, dos visigodos e dos árabes, mas em cuja fusão preponderou a alma latina, sonhadora e ativa, que vulgarizou a arte e instituiu o direito” (Vargas, 1997: 108).

O excerto acima, pronunciado por Getúlio na Assembléia dos Representantes na 10ª Sessão, em 10 de outubro de 1910, demonstra bem o marasmo das sessões plenárias dessa legislatura, na qual figuram apenas seis sessões, assuntos fora do cotidiano do Rio Grande do Sul, como a república em Portugal, são objetos de debate em uma assembléia estadual. Novamente recorremos à análise de Hégio Trindade (1980: 84): “configura-se um período de governo de natureza transitória e sem iniciativa política definida”.

Entretanto, em 1913, Getúlio começou a mostrar suas convicções e personalidade fortes ao renunciar seu novo mandato de deputado estadual, diante da intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira do Sul. As relações dele com Borges ficaram abaladas por alguns anos:

“Se alguma intervenção tive nesse incidente foi no sentido de evitar que esses votos (recebidos a mais em São Borja) se fizessem da maneira por que o foram. Não os solicitei de ninguém, do mesmo modo que não solicitei este mandato, nem alguém o solicitou por mim; não. Recebi-o como uma investidura de confiança política do chefe do meu partido, mas, uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, devolvo-o a esse mesmo chefe que mo confiou, para que este dele faça o uso que lhe aprouver” (Vargas, 1997: 119).

O trecho acima mostra um Getúlio irritado nessa sessão plenária (9ª sessão de 06 de outubro de 1913), na qual ele tem alterações pouco delicadas com seus pares. Gunter Axt (2002: 121) esclarece os motivos da irritação de Getúlio: nas eleições de 1913, o pai de João Neves da Fontoura, o coronel Isidoro Neves da Fontoura resolveu modificar as cédulas eleitorais em Cachoeira, suprimindo o nome de um adversário. Borges considerou isso um gesto de rebeldia e obrigou Isidoro a renunciar. Em solidariedade ao pai cassado de um amigo tão próximo, Getúlio resolveu abdicar seu novo mandato.

No interregno 1915-16, segundo Gunter Axt (2005a: 45-6) ocorreu a “segunda crise de hegemonia do PRR”, com a indicação do marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) ao senado no lugar de Ramiro Barcellos, que acabou rumando para oposição. Barcellos ficou célebre pela autoria atribuída (sob pseudônimo de Amaro Juvenal) do “poemeto campestre” *Antônio Chimango*, uma de sátira política ao estilo do poema gauchesco *Martín Fierro*, no qual se dá a narrativa crítica e jocosa de fatos que se

passam no cotidiano de uma estância (o Rio Grande do Sul). O protagonista é o capataz Antônio Chimango (Borges de Medeiros) “magro como lobisome/mesquinho como o demônio”, cujo interesse é dominar os peões em nome do coronel Prates (Júlio de Castilhos) (Love, 1975: 183; Rodríguez, 2000: 211-27).

Todavia, acalmados os ânimos, Getúlio se viu obrigado a se reaproximar de Borges em razão de um processo judicial contra seu irmão Viriato, acusado de assassinato de Benjamin Torres. Diante da reaproximação, Borges acabou ofertando a Getúlio sua inclusão na lista de candidatos a deputados estaduais, vindo a ser eleito em 1917, iniciando um período proeminência nos quadros do PRR, com destaque a um pronunciamento seu contra as Potências Centrais no palco da Primeira Guerra Mundial (que provocou “palmas nos recintos e nas galerias”):

“O Brasil foi sempre uma nação pacífica, atestado pela sua história, pelas suas tradições políticas, consagrando em sua lei básica a obrigatoriedade do arbitramento para a solução dos conflitos internacionais. Obrigados, ante a gravidade da ofensa recebida, a tomar uma atitude compatível com os nossos brios, com as nossas tradições de povo livre, foram estas bem interpretadas pelo Governo da República, assumindo uma posição defensiva, ao pedir, como represália, a declaração do estado de guerra e apreendendo um navio da esquadra alemã ancorado em nosso porto” (Vargas, 1997: 121).

No texto ora visto, da 30ª sessão de 27 de outubro de 1917, notamos um Getúlio que inaugura seus trabalhos após quatro anos de afastamento sem mencionar seu período de ostracismo e partindo diretamente para um discurso que ficaria célebre pela conclamação que ele faz para que todos abracem o repúdio aos alemães e seus aliados nas trincheiras do Velho Mundo. Nesse mandato, a atuação de Getúlio também ficou

notabilizada pela defesa na obtenção de créditos do Estado do Rio Grande do Sul junto ao governo federal e também pelo resguardo da intervenção do Estado na economia.

Getúlio reelegeu-se tranqüilamente para Assembléia dos Representantes em 1921, contudo, no nível nacional o quadro político estava conturbado com o lançamento da candidatura de Artur da Silva Bernardes (1875-1955) para a presidência da República pelo bloco governista paulista-mineiro (Penna, 1999: 155)

Cansado da política de valorização do café, Borges resolveu apoiar Nilo Peçanha, candidato dissidente lançado pela “Reação Republicana”, composta pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (Love, 1975: 216). Mas Bernardes acabou vencendo o pleito e isso desencadeou revoltas nunca vistas antes no seio da jovem oficialidade do Exército, mas o PRR acabou defendendo a ordem institucional e não se envolveu nas rebeliões “tenentistas”:

“O Partido Republicano do Rio Grande do Sul tem sempre mantido a sua tradição conservadora de obediência às leis, dentro do regime federativo presidencial. Não há nenhum motivo, nenhum indício de que nos desviássemos dessa conduta. Em todas as circunstâncias o Governo Federal tem recebido do Rio Grande do Sul republicano o auxílio moral, intelectual e material. E, mesmo quando divergimos do critério seguido por este, é no intuito de obediência ao regime e de defesa da autonomia dos Estados” (Vargas, 1997: 254).

Essa sessão, de 1º de novembro de 1922, é tensa, contando com alterações de vários deputados denunciando um movimento de tropas federais no Estado do Rio Grande do Sul fora do normal. Todavia, mesmo em face de uma “autonomia abalada”, Getúlio prefere fazer uma profissão de fé à nacionalidade brasileira, afastando-se dos separatistas de plantão. Gunter Axt (2005a: 46) considera esse período como o da “terceira grave crise de hegemonia do borgismo”, marcada por empréstimos junto aos

bancos locais por parte do governo gaúcho, que causou diminuição da circulação de moedas no Estado mais meridional da União, inflação regionalizada, especulação, execução de hipotecas de propriedades rurais e aumento de impostos. Esse quadro conturbado favoreceu o lançamento de uma chapa de oposição ao governo estadual.

Em fins de 1922, Getúlio foi eleito deputado federal, mas adiou sua ida ao Rio de Janeiro em função da situação interna do Rio Grande do Sul para a eleição do quinto mandato de Borges. A oposição aglutinou os federalistas, os dissidentes republicanos e os democráticos, uniram-se em torno de Joaquim Francisco de Assis Brasil. A eleição aconteceu novembro de 1922, com boatos de levantes da oposição e acusações de fraude dos dois lados. (Love, 1975: 218).

Nessa ocasião, Getúlio foi designado para presidir a Comissão de Constituição e Poderes da Assembléia, com prerrogativas de apurar os votos e proclamar o candidato vencedor. Borges foi anunciado reeleito no início do ano seguinte, em meio de uma série de rumores de que Getúlio não teria tido coragem de relatar ao chefe do PRR que ele não havia conseguido o número suficiente de votos que a Constituição estadual exigia para a vitória (Fausto, 2006: 31).

A oposição não aceitou mais essa investida do PRR calada e no início do ano de 1923, Assis Brasil e seus correligionários insurgiram-se contra Borges, provocando mais uma guerra civil no Estado. Getúlio chegou a ser nomeado tenente-coronel por Borges, assumindo o comando do Sétimo Corpo Auxiliar de São Borja, mas não chegou a lutar, pois teve que rumar para o Rio de Janeiro para assumir uma vaga na Câmara Federal. A peleja só terminaria em dezembro de 1923 com o “Tratado de Pedras Altas”, que estabeleceu que Borges poderia permanecer até o final do mandato em 1928, mas com os impedimentos da reeleição, da indicação de intendentes (prefeitos) e do vice-presidente do Estado (Love, 1975: 223).

Os primeiros trabalhos de Getúlio como deputado federal voltaram-se contra uma intervenção federal no Estado do Rio Grande do Sul em razão dos resquícios da guerra civil:

“Nós, os rio-grandenses, que auxiliamos a organização e a consolidação da República, nos sentimos perfeitamente a gosto dentro desse regime. Desde que o Brasil dividiu o seu seio, quebrando o padrão da unidade monárquica, para organizar-se em 20 Estados autônomos, nós, rio-grandenses, nos sentimos presos por laços indissolúveis a essa organização, que devemos defender em qualquer terreno. (...) A derrota dos rebeldes que, em São Paulo, ergueram o colo da revolta, tem para nós o significado de uma profunda lição” (Vargas, 1997: 414).

Nessa sessão, de 24 de julho de 1924, Getúlio enaltece o patriotismo gaúcho e tira o foco da atenção do Rio Grande do Sul e o desvia para São Paulo, onde estava ocorrendo a “Revolução Esquecida”, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes (1865-1949), que havia sido deflagrada na capital paulista no dia cinco daquele mês, ocupando a mesma, e que acabaria sendo o germe da Coluna Prestes-Miguel Costa (Dulles, 1967: 37-8).

Reeleito deputado federal, Getúlio assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara e passou a apoiar as iniciativas discricionárias do presidente Artur Bernardes contra os tenentes, entre elas a proposta de revisão da Constituição Federal de 1891:

“Feita a República, que foi o grande ideal nacional, consagradas as mais amplas conquistas liberais, com a Constituição de 24 de fevereiro, resta-nos apenas a realização dos grandes problemas nacionais para que o Brasil possa descrever a curva harmônica do seu progresso. Esses problemas têm constituído a preocupação patriótica do Governo da República, e têm sido largamente discutidos nessa Câmara, ainda esse ano, nos

notáveis pareceres apresentados pelos Relatores das diferentes Comissões e nos discursos de todos os brilhantes espíritos que aqui se têm ocupado do assunto” (Vargas, 1997: 474).

Essa sessão, de 18 de novembro de 1824, além dos assuntos legais vistos acima é encerrada com uma fala de Getúlio na qual mostra de maneira exemplar sua visão de mundo frente à sociedade brasileira:

“A opinião pública não é a opinião dos desocupados, não é a opinião dos gritadores de esquina, dos vulgarizadores de boatos, dos eternos descontentes que fazem dos seus desastres pessoais, motivos de calamidades públicas. A opinião pública tem que ser representada pelas camadas profundas da sociedade, pela expressão das nossas altas relações comerciais, pelas classes conservadoras, pelos que laboram nas indústrias, pelos que aram a terra, pelos que apacentam os rebanhos, por todos os que trabalham e produzem e que precisam de paz e ordem como garantia precípua e remuneradora de seus esforços” (Vargas, 1997: 475).

Entrementes, para encerrar a análise dos primeiros mandatos de Getúlio como deputado estadual e federal, recorremos mais uma vez a Ricardo Vélez Rodríguez, mas em outro trabalho, “O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar”, no qual ele demonstra que foi na Câmara Federal que Getúlio fez suas primeiras leituras da obra de Oliveira Vianna, “que o levou a descobrir a dimensão nacional e lhe permitir supera o ranço de regionalismo sul-rio-grandense” (Rodríguez, 2005: 33).

Em 1926, Getúlio assumiu a pasta da Fazenda (ele já havia trabalhado antes com matéria econômica, como integrante da Comissão de Finanças da Câmara Federal) do sucessor de Artur Bernardes, Washington Luís, com o intuito de reaproximar o Rio Grande do Sul com o poder central:

“O Brasil está quase isolado do continente, com o seu sistema caquético de emitir papel desvalorizado, isto é, sem base metálica. Jamais um programa financeiro foi lançado com tanta oportunidade como este. Tudo porém será feito a seu tempo, oportunamente, não havendo motivos para terrores nem sobressaltos. Ninguém mais duvida de preponderância dos interesses econômicos e financeiros, no ritmo da vida universal” (Vargas, 1997: 499).

O período de Vargas no Ministério da Fazenda durou pouco mais de um ano e foi marcado por medidas protecionistas, pela reforma monetária que instituiu o retorno do padrão-ouro e a criação da “Caixa de Estabilização”, com objetivo de controle da emissão do papel-moeda, como vemos no texto acima, retirado de “A Federação” de 26 de novembro de 1926.

Em meados de 1927, Borges a contragosto indicou as candidaturas de Getúlio e João Neves da Fontoura para presidente e vice do Estado gaúcho, respectivamente. Todavia, o candidato da preferência de Borges era Simões Lopes (Axt, 2002: 122). A “Aliança Libertadora” (oposição fundada em 1924 por federalistas e dissidentes republicanos) preferiu não concorrer, por acreditar na possibilidade de um governo mais conciliador nas mãos de Getúlio (Love, 1975: 233).

Nos discursos dirigidos à Assembléia dos Representantes por Getúlio na função de presidente do Estado do Rio Grande do Sul preponderam questões orçamentárias. Contudo, ao final da sessão de 24 de setembro de 1928, Getúlio encerra dessa forma: “Eis, Srs. Representantes, em narração sucinta, as principais realizações que o Governo atual, no período de oito meses, projetou no campo da atividade administrativa, e o informe das ocorrências mais salientes do ano findo, sob a direção fecunda, segura e previdente do meu ilustre antecessor” (Vargas, 1997: 564).

No trecho acima vemos Getúlio referir-se à última gestão de Borges de “direção fecunda, segura e providente”. Mas essa é mais uma encenação tipicamente getuliana, pois logo que assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul, no início de 1928, procurou limitar a interferência de Borges na sua administração. A primeira medida nessa direção foi a nomeação pessoal dos secretários de Estado, ignorando as indicações feitas por Borges (Franco, 1993: 14).

Getúlio deu uma nova orientação ao governo estadual gaúcho: incentivou a lavoura de arroz e a produção de charque, investiu em infra-estrutura, fundou o Banco do Rio Grande do Sul (o BERGS, com finalidade de concessão de créditos hipotecários) e contraiu um empréstimo de 42 milhões de dólares para sanear as finanças de um Estado bem perto da insolvência. No caso do charque gaúcho, Getúlio obteve junto ao Congresso Nacional a autorização da “Lei Desnacionalização”, que considerava estrangeiro todo charque que transitasse por território uruguaio, independente da procedência. Com vistas a amainar os ataques da oposição, Getúlio incluiu na sua administração membros do Partido Libertador (sucessor da Aliança Libertadora), algo impensável nos tempos de Borges. No fundo, Getúlio almejava unir o Rio Grande do Sul em torno de sua candidatura à presidência da República ao criar um novo pacto político-econômico. O antigo pacto borgista, composto pela proeminência das frações “mercantil-financeira urbano-litorânea” (comerciantes e banqueiros de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) deu lugar a um rearranjo que passou a resgatar o papel dos pecuaristas da campanha e incluir a incipiente burguesia industrial gaúcha (Axt, 2005a: 52-7).

A alternativa de Getúlio como candidato à presidência em 1930 surgiu de uma ruptura de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o pacto político oligárquico nacional. O presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrada, seria o candidato natural após a

gestão do “paulista” Washington Luís, mas esse preferiu dar apoio a Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP). Estava plantada a semente da cizânia que resultaria no movimento insurrecional que conduziria Getúlio Vargas ao poder presidencial em 1930 (Fausto, 2006: 35).

À guisa de conclusão, nossa preocupação foi levar em conta o pressuposto de que os discursos políticos procuram criar uma representação ideológica que aponta para uma ordem, visando organizar os elementos que constituem uma sociedade como um todo. Com efeito, as fontes primárias por nós utilizadas aqui são “oficiais”, proporcionando ao historiador um acesso parcial da realidade social, mas isso não inviabiliza uma análise adequada das mesmas, desde que as tratemos como uma espécie de “via de acesso” a um contexto maior. É falacioso atribuir ao jogo político dos partidos no parlamento a noção de que ele não passa de um conjunto de ações conspiratórias de uma classe dominante que só visa seus interesses. Nada mais falso. Apesar de estarem sujeitos a diversas maneiras de pressão, os partidos políticos devem ter eficácia simbólica, assumir posturas coerentes e dar respostas convincentes à sociedade na qual estão inseridos, já que os mesmos não orbitam fora delas. Procuramos esboçar, ao longo do presente artigo, um quadro de análise historiográfica e de conteúdo de alguns discursos políticos de Getúlio Vargas entre 1903 e 1929 em cargos oriundos dos quadros do PRR, com o intuito de captar seu engajamento com o projeto político desse partido. Acreditamos, por fim, que essa formação seria base, em boa parte (mas não a única) de sua atuação como presidente do Brasil mais tarde: culto à personalidade, autoritarismo, racionalidade administrativa, equilíbrio orçamentário, valorização das relações pessoais no poder, cooptação, civismo, repúdio ao liberalismo, desenvolvimentismo conservador, intervenção do Estado na economia e paternalismo com a classe operária.

Bibliografia

ARAÚJO, Rubens V. 1985. *Os Vargas*. Rio de Janeiro, Globo.

AXT, Gunter. 2002. “O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 29.

_____. 2005a. “A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público.

_____. 2005b. “Apontamentos sobre o sistema castilhistaborgista de relações de poder”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre, Nova Prova.

_____. 2006. “The origins of an ‘enigma’: Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul’s decaying *coronelismo*, and the genesis of the Interventionist State before the 1930 Revolution”, em HENTSCHKE, Jens R. (org.). *Vargas and Brazil, new perspectives*. Nova Iorque: Palgrave/Macmillan.

BATISTELLA, Alessandro. 2006. *As influências positivistas na política getulista: uma análise comparativa entre a República Velha sul-riograndense e o Brasil pós-1930*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://www.semina.clio.pro.br/4-2-2006/Alessandro%20Batistella.pdf>. (Acessado em 13 de dezembro de 2007).

BERSTEIN, Serge. 1996. “Os partidos políticos”, em RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV/UFRJ.

BISCHOFF, Alvaro & SOUTO, Cíntia V. 2004. “Getúlio Vargas e o Ministério Público (1908-1909)”. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 53.

BOEIRA, Nelson. 1980. “O Rio Grande de Augusto Comte”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

BOSI, Alfredo. 1992. “A arqueologia do Estado-providência, sobre um enxerto de idéias de longa duração”, em IDEM. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. 2004. “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”, em EPERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Do positivismo à desconstrução; idéias francesas na América*. São Paulo, USP.

BOURDIEU, Pierre. 2005. “A ilusão biográfica”, em FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína. (orgs.) *Usos & abusos da história oral*. 6ª ed., Rio de Janeiro, FGV.

BOURNE, Richard. 1974. *Getulio Vargas of Brazil 1883-1954*. Londres, Charles Knight & Co.

BRANDI, Paulo. 2001. “Getúlio Vargas – verbete”, em ABREU, Alzira A., BELOCH, Israel et alii (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª ed., Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, cinco volumes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sem data. *Diários da Câmara dos Deputados*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=D&Datain=19/11/1924. (Acessado em 08 de dezembro de 2007).

CARRAZZONI, André. 1943. *Perfil do estudante Getúlio Vargas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, A Noite.

_____. Sem data. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, José Olympio.

COLUSSI, Eliane L. Sem data. *Getúlio e a família Vargas: narrativas do passado*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/ELIANE%20LUCIA%20COLUSSI.pdf>. (Acessado em 08 de dezembro de 2007).

CORACINI, Maria José. 1991. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, Pontes.

D'ARAUJO, Maria C. 1997. *A era Vargas*. São Paulo, Moderna.

_____. 2005. “Getúlio Vargas, conservadorismo e modernização”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público.

DUARTE, José B. 1996. *100 anos da política brasileira e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. Pelotas, UFPel.

DULLES, John W. F. 1967. *Getúlio Vargas, biografia política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renes.

ESPÍRITO SANTO, Miguel F. do. 2005. “Getúlio Vargas, promotor público”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público.

FARIA, Antonio A. & BARROS, Edgard L. 1993. *Getúlio Vargas e sua época*. 7ª ed., São Paulo, Global.

FAUSTO, Boris. 2006. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras.

FÉLIX, Loiva O. 1996. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed., Porto Alegre, UFRGS.

FONSECA, Pedro C. D. 1999a. *Vargas: o capitalismo em construção*. 1ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense.

_____. 1999b. “A gênese regional da Revolução de 30”. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 29, nº 1.

_____. 2001. “As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira”, em RIBEIRO, Maria T. R. (org.). In: *Intérpretes do Brasil, leitura crítica do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

_____. 2004. “Vargas no contexto da Primeira República”, em SZMRECSÁNYI, Tamás; & GRANZIERA, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas & a Economia Contemporânea*. 2ª ed., Campinas/São Paulo, UNICAMP/HUCITEC.

_____. 2004. *Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A018.pdf>. (Acessado em 13 de dezembro de 2007).

FONTOURA, João 1958. N. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre, Globo.

FRANCO, Sérgio da C. 1988. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed., Porto Alegre, UFRGS.

_____. 1993. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre, UFRGS.

_____. 2003. “Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo”. *Métis*. Caxias do Sul, vol. 2, nº 4.

FREITAS, Décio. 1991. “Getúlio Vargas e o conde de Saint-Simon”, em WERNECK DA SILVA, José L. (org.) *O feixe e o prisma, uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, vol. 1.

_____. & LARANGEIRA, Álvaro. 2003. *A serpente e o dragão, dissertações acadêmicas de Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Sulina.

FRISCHAUER, Paul. 1943. *Presidente Vargas*. São Paulo, Editora Nacional.

GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado.

GRILL, Igor G. 2005. “Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul”. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3.

HENTSCHKE, Jens R. 2006. “Vargas era institutional and development model revisited: themes, debates and lacunas. An introduction”, em IDEM (org.). *Vargas and Brazil, new perspectives*. Nova Iorque, Palgrave/Macmillan.

HERRLEIN JR. Ronaldo. 2004. “A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação”. *Economia e Sociedade*. Campinas, vol. 13, nº 1.

JORGE, Fernando. 1985. *Getúlio Vargas e seu tempo, um retrato com luz e sombra*. 2ª ed., São Paulo, T. A. Queiroz, 1º vol.

_____. 1994. *Getúlio Vargas e seu tempo, um retrato com luz e sombra*. São Paulo, T. A. Queiroz, 2ª vol.

LAHIRE, Bernard. Sem data. *Patrimônios individuais de disposições, para uma sociologia à escala individual*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a02.pdf>. (Acessado em 15 de dezembro de 2007).

LOVE, Joseph. 1975. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.

_____. 1985. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”, em FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo, Difel, tomo III, 1º vol.

MAESTRI, Mário. Sem data. *A segunda morte de Júlio de Castilhos*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): <http://www.espacoacademico.com.br/030/30maesti.htm>. (Acessado em 13 de dezembro de 2007).

MEDEIROS, Laudelino T. 1998. “Getúlio Vargas na Escola de Rio Pardo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, vol. 1, nº 1.

MENDES, Rogério B. 2005 “Getúlio Vargas e o desenvolvimento nacional”. *Perspectivas*. São Paulo, nº 27.

PEIXOTO, Alzira V. do A. 1960. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo.

PENNA, Lincoln de A. 1999. *República brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

PERISSINOTTO, Renato M. 1994. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, UNICAMP.

PESAVENTO, Sandra J. 1979. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

_____. 1980. “RS: historiografia e ideologia”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

PICCOLO, Helga I. L. 1998. “O autoritarismo de Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas: a ‘gauchização’ da política brasileira no pós-1930”, em TARGA, Luiz R. P. (org.) *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre, UFRGS/FEE/UNIVATES.

PINTO, Celi R. 1986. *Positivismo, um projeto político alternativo*. Porto Alegre, L&PM.

PORTO, Costa. 1985. *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2ª ed., Porto Alegre, L&PM/Brasília, INL.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. 2000. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Brasília, Senado Federal.

_____. 2005. “O legado de Getúlio Vargas – trajetória parlamentar”. In: AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público.

SÊGA, Rafael A. 2005. *Tempos belicosos, a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba, Aos Quatro Ventos/CEFET-PR.

SILVA, Hélio. 2004. *Getúlio Vargas, uma biografia política*. Porto Alegre, L&PM.

SILVA, Jandira M. M. da et alii. 1986. *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre, CORAG.

SILVA, Juremir M. da. 2005. “O personagem Getúlio Vargas”, em AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça & Memorial do Ministério Público.

SOARES, Mozart P. 1998. *O positivismo no Brasil, 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre, UFRGS.

TARGA, Luiz R. P. Sem data. *A fundação do Estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913)*. Disponível em forma de mídia eletrônica (Internet): http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_63.pdf. (Acessado em 13 de dezembro de 2007).

TRINDADE, Hélió. 1979. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)”, em DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

_____. 1980. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina.

VARGAS, Getúlio. 1997. *Discursos (1903-1929)*, em AITA, Carmen & AXT, Gunter. (orgs.) Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO

A trajetória de vida de Getúlio Vargas sempre esteve associada às suas origens políticas no Rio Grande do Sul castilhista-borgista. Este artigo intenta articular uma interface entre o percurso de atuação do Partido Republicano Rio-Grandense e de Getúlio Vargas entre 1903 e 1929, por meio de discursos proferidos pelo mesmo em variadas situações.

Palavras-chave: Brasil Primeira República, Coronelismo, Castilhismo-borgismo, História do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, Partido Republicano Rio-Grandense.

ABSTRACT

Getúlio Vargas's life trajectory was always associated to his political origins in the castilhista-borgista Rio Grande do Sul. This article attempts to articulate an interface between the course of performance of the Rio-Grandense Republican Party and of Getúlio Vargas between 1903 and 1929, from his speeches delivered in varied situations.

Key-words: Brazil's First Republic, Coronelism, Castilhism-Borgism, Rio Grande do Sul History, Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul Republican Party.

RÉSUMÉ

La trajectoire de vie de Getúlio Vargas a été toujours associée à ses origines politiques dans le Rio Grande do Sul castilhiste-borgiste. Cet article veut articuler une interface de l'actuation de Getúlio Vargas dans le Parti Républicaine du Rio Grande do Sul parmi 1903 et 1929 par ses discours prononcés dans des situations diverses.

Mots-clés: Première republique du Brésil, coronelisme, castilhisme-borgisme, Histoire du Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, Parti Républicaine du Rio Grande do Sul.

Título: “Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)”.

Title: “Class Party and State Party: Comparing Republicanism in São Paulo and Rio Grande do Sul, 1873-1930”

Autores:

Renato Monseff Perissinotto (Dr. em Ciências Sociais pela UNICAMP, 1997)

Professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, desde 1992.

Rafael Augustus Sêga (Dr. em História pela UFRGS, 2003)

Professor de História no Departamento Acadêmico de Estudos Sociais da UTFPR, Campus Curitiba, desde 1996.

Resumo: Este artigo compara os “instrumentos políticos” utilizados pela alta burocracia paulista para impor sua política tributária e cafeeira ao “capital cafeeiro” com os “instrumentos políticos” utilizados por uma jovem pequena burguesia urbana gaúcha para impor uma reorganização do aparato estatal estadual nos moldes da “cientificidade” positivista frente aos antigos liberais da campanha (pampa), que dominaram, em grande parte, o poder político do Estado no período imperial.

Palavras-chave: Brasil Primeira República, Coronelismo, História de São Paulo, História do Rio Grande do Sul, Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Rio-Grandense.

Abstract: This article compares the “political instruments” used by São Paulo's high bureaucracy to impose its tax and coffee policies on “coffee capital” with the “political instruments” used by Rio Grande do Sul's new urban petite bourgeoisie to impose a political reorganization of the state apparatus inspired by the “scientific” positivism and against the interests of the ranching elites who had hitherto dominated the state.

Key-words: Brazil's First Republic, Coronelism, São Paulo History, Rio Grande do Sul History, São Paulo Republican Party, Rio Grande do Sul Republican Party.

Considerações preliminares

O estudo dos partidos políticos, no âmbito das Ciências Sociais, tem obtido destaque nos últimos anos, em razão da revalorização do Estado e das instituições políticas como objetos de análise. As abordagens que levam em conta o espaço político simplesmente como uma arena em que interesses sociais organizados se digladiam para viabilizar seus objetivos vêm sendo contraposta a outras em que os fatores político-institucionais aparecem como determinantes para o desenrolar dos eventos políticos e sociais. Por exemplo, estudos recentes vêm mostrando que o Estado nacional brasileiro esteve quase sempre longe de ser um mero instrumento nas mãos das classes dominantes locais, tanto no nível federal como nos regionais.

São Paulo, como se sabe, foi o centro incontestável da economia exportadora durante a Primeira República e pode-se detectar um amplo processo de expansão e fortalecimento da burocracia estatal, cujo resultado foi ter propiciado uma crescente centralização do comando sobre as políticas cafeeira e tributária em mãos da alta cúpula burocrática. Já o Rio Grande do Sul constituiu um caso a parte tanto econômica como politicamente no quadro brasileiro da Primeira República, pois esse Estado não voltou sua produção nem para exportação nem para mera subsistência, mas sim para o mercado interno nacional e, politicamente, a marca da política gaúcha foi o isolamento regional e a polarização entre dois núcleos partidários, com nítidas orientações ideológicas: positivismo *versus* liberalismo (Love, 1985: 99).

O objetivo deste artigo é comparar os “instrumentos políticos” utilizados pela alta burocracia paulista para impor ao “capital cafeeiro” as suas orientações na condução das políticas tributária e cafeeira com os “instrumentos políticos” utilizados por uma jovem pequena burguesia urbana gaúcha para impor uma reorganização do aparato estatal estadual nos moldes de uma suposta “cientificidade” positivista frente aos antigos liberais da campanha, detentores, em grande parte, do poder político no Rio Grande do Sul no período imperial. O tema geral deste artigo, portanto, abrange o complexo problema da relação entre o Estado e as classes economicamente dominantes.

No presente artigo, utilizaremos o conceito de “compromisso coronelista”¹ proposto por Victor Nunes Leal (1978). A partir desse conceito, pretendemos apresentar algumas proposições gerais acerca da construção e do fortalecimento de dois aparatos estatais regionais. A nossa hipótese é que, no caso paulista, o Partido Republicano Paulista (PRP) deixou, pouco a pouco, de ser um “partido de classe” para transformar-se num “partido de Estado”² a serviço da burocracia estatal e do fortalecimento do aparelho de Estado; no caso gaúcho, essa transição também é perceptível, ainda que seja de mais difícil percepção e perpassasse várias organizações partidárias. Ao contrário das interpretações tradicionais sobre a primeira república, defendemos que as instituições políticas têm certa autonomia frente às classes economicamente dominantes; para exemplificar isso, analisaremos a autonomia de dois partidos regionais (PRP e PRR) a partir do conceito de compromisso coronelista; a nosso ver, essa análise se justifica por São Paulo possuir a classe dominante mais poderosa do país à época e pelo fato do Rio Grande do Sul apresentar um desenvolvimento *sui generis* no modelo agrário-exportador do período em razão do modelo castilhistaborgista. Os partidos em tela são emblemáticos na medida em que se tornaram autônomos por motivos regionais peculiares, mas complementares no nível nacional.

O Republicanismo Paulista (1873-1930)

Uma análise do PRP requer uma divisão deste partido em duas fases. Uma primeira, entre 1873 e 1889, e uma segunda abrangendo o período de 1898 a 1930. Os anos intermediários, de 1890 a 1897, foram marcados por grande instabilidade política. Só a partir de 1898 é que a “política dos governadores” trouxe a conhecida regularidade

¹ Para Nunes Leal, o “compromisso coronelista”, durante o período em questão, é, em termos gerais, o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (página 20). Desse ponto de vista, a estrutura agrária brasileira, calcada no latifúndio e nas relações de dependência pessoal dos “camponeses” frente aos proprietários de terra, constitui-se na ‘base material’ de sustentação e continuidade do poder privado dos coronéis. Do coronel os “dependentes” recebem todo tipo de ajuda: financeira, médica, jurídica etc. Como consequência, essa dependência pessoal traduz-se politicamente em fidelidade eleitoral.

² Como “partido de classe” entendemos aqui uma organização criada para defender na luta política, explícita e diretamente, determinados interesses classistas. Ao nosso ver, esse caráter da organização partidária pode ser comprovado por três critérios conjugados: a composição social de seus membros, sobretudo de seu órgão diretor; a natureza dos temas debatidos e rejeitados pelo partido e as soluções propostas e perseguidas pela organização. Já por “partido de Estado” (ou “partido de administração estatal”) entendemos aqui como o monopólio político que passa a ser exercido por uma camada burocratizada e que transformam a agremiação política partidária na principal via de acesso ao governo do Estado e aos cargos, independentemente de estritos interesses classistas, o que acaba configurando o financiamento do aparato estatal e de suas atividades ordinárias a partir de uma oneração tributária sobre o setor economicamente mais poderoso.

da vida política daquele período. Com base na literatura sobre o partido em questão, acreditamos poder dizer que este era, na primeira fase (1873 a 1889), um partido de classe, para, em seguida (1898 a 1930), em grande parte devido às regras impostas pela “política dos governadores”, metamorfosear-se num “partido da administração”.

Pensamos que o PRP, no período que vai de 1870 a 1889, era claramente um partido de classe. No entanto, não era o partido do conjunto da classe dominante paulista, mas sim apenas de um setor seu, qual seja, os “fazendeiros do Oeste paulista” e foi essa representatividade de classe que conferiu ao Partido Republicano Paulista a forte coesão tão enfatizada pela bibliografia como um traço característico da organização no período em questão (Zimmermann, 1986: 17).

Assim, se olharmos a lista dos republicanos presentes no Primeiro Congresso do PRP, veremos que na sua quase totalidade eram oriundos daquela classe, inclusive os seus membros de atuação mais destacada, como Campos Salles, Prudente de Moraes, Martinho Prado Júnior e Moraes Barros (Zimmermann, 1986: 38). Segundo Casalecchi, a “vanguarda” do movimento republicano em São Paulo formava-se de “lavradores e capitalistas”. Todos os encontros do partido, de 1874 a 1889, a começar pela convenção fundadora da organização, realizada em Itu, mantiveram “a mesma característica quanto a sua composição social” (Casalecchi, 1987: 50). Ora, essa representatividade de classe esteve presente nos temas privilegiados pelo partido. Foi ela que fez do “federalismo” e da “reorganização do mercado de trabalho” os temas-chave daquela organização nos anos anteriores à proclamação da República (Zimmermann, 1986: 25).

A luta pela federação, de fato, foi o grande tema político do movimento republicano em São Paulo. Na verdade, ela transformou-se no objetivo que conferiu ao republicanismo paulista unidade e vigor. Isso só foi possível, como nota Casalecchi, graças ao desenvolvimento material da província de São Paulo. A conjugação entre expansão econômica e centralismo monárquico fez da luta pela autonomia provincial o traço característico do PRP (Casalecchi, 1987: 54).

Se é certo que esse “ímpeto regionalista” dos “paulistas” vinha de longe, como nota Sérgio Buarque de Holanda (1985: 466), não é menos certo que ele tenha se acentuado em função daquela conjugação. Aos olhos dos promotores da expansão cafeeira paulista, o Estado monárquico era um obstáculo a ser derrotado, pelo menos no seu aspecto centralizador. Quando a Monarquia mostrou-se intransigente quanto a este ponto, antigos adeptos começaram a retirar o seu apoio à Coroa. Para o capital cafeeiro, a federação seria a forma de romper as amarras monárquicas. Segundo José Murilo de

Carvalho, a principal preocupação dos republicanos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas a autonomia estadual. “Eles pediam [...] o governo a serviço de seus interesses. E isto seria melhor conseguido através do fortalecimento e do controle pleno do governo estadual” (Carvalho, 1980: 162). Desse ponto de vista, uma das grandes vantagens da federação, por exemplo, seria conferir aos novos administradores da província autônoma o poder de suprimir o imposto de exportação sobre o café, seguindo, assim, um sistema vigente em vários países, segundo o qual “nem uma taxa, nem um direito pode ser lançado sobre a exportação”. Este seria o sistema que “mais se adaptaria à índole e às tendências do Partido Republicano” (apud Barriguelli, 1986: 20-21). Portanto, o federalismo era um objetivo político plenamente coerente com os interesses econômicos do capital cafeeiro, pelo menos na forma em que seus membros vislumbravam o seu funcionamento futuro. Pela sua composição social (grandes fazendeiros do Oeste paulista, inclusive seus líderes de maior destaque), pelos temas que dominavam a sua agenda de discussão (centralização monárquica e crise do trabalho), pelas soluções apontadas (federação e imigração, ao invés de democracia e abolição da escravidão), o PRP apresentava-se, entre 1873 e 1889, como uma organização partidária de classe. É esse seu caráter classista, consolidado em torno de objetivos claramente delineados, que garantiu ao partido ampla organização e coesão.³ Essa coesão não implicou, evidentemente, na ausência absoluta de conflitos no seu interior.

As mudanças institucionais ocorridas tiveram efeitos importantes sobre o PRP, que alteraram a sua natureza inicial e, por conseguinte, a sua relação com a classe que lhe deu origem. Dessa forma, a “política dos governadores”, funcionando com base no “compromisso coronelista”, teve, em nível regional, uma consequência imediata: a consolidação das situações políticas estaduais. Essa consolidação gerou, devido ao próprio funcionamento daquele sistema, um monopólio da vida política estadual pelos partidos governistas, que, por sua vez, foi acompanhado por uma impossibilidade institucional de se praticar a oposição política. Em São Paulo, como se sabe, a organização que exerceu esse monopólio foi o PRP.⁴

³ Boehrer mostra que o PRP era o partido mais bem organizado do movimento republicano. Já no período monárquico assumiu uma forma partidária, criando uma comissão permanente responsável pelos assuntos partidários, realizando convenções regulares, com ampla participação de delegados municipais. Tratava-se, pois, de um partido “rígido em disciplina, forte unidade, mas nunca idealista”, baseado numa “rígida organização e centralização”. Boehrer, 1954: 119.

⁴ Registre-se que dos doze presidentes estaduais indicados pelo PRP durante a Primeira República, dez foram eleitos com 100% dos votos e os outros dois com “apenas” 98% e 99%. Cf. Casalecchi, 1987: 271.

Como resultado desse domínio absoluto propiciado pela “política dos governadores” e pelo “compromisso coronelista”, o partido veio a ser uma organização continuamente próxima da administração estatal na medida em que se transformou na via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões, seja para a obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para se ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual.

Exatamente por causa dessa íntima relação com os negócios do Estado e com a burocracia é que, para galgar postos no partido e, por conseqüência, na política estadual, “não ser [ia] secundária a experiência acumulada nas longas carreiras, principiadas nos cargos burocráticos e judiciários exigidos pela urbanização do interior” (Casalecchi, 1987: 238). Era preciso agora possuir um saber exigido pela burocratização do Judiciário, da Força Pública, da Polícia Civil, dos “órgãos fazendários” etc., saber necessário, portanto, à nova maneira de se exercer as funções estatais instituída com o advento da República. Assim, ao lado da homogeneidade educacional, das relações de parentesco e da origem econômica, lembradas por Casalecchi, também a experiência dos indivíduos nas tarefas do Estado será fator importante para se ter acesso à “elite política” paulista. É lícito supor que o exercício dessas funções e a necessidade de lidar com os mais variados problemas a partir de uma ótica estatal serviram para “ressocializar” os membros dessa elite, atenuando o peso de sua origem de classe como fator explicativo de suas decisões.

O monopólio político e a proximidade do PRP com a burocracia regional permitiram uma “continuidade administrativa” da qual os membros do partido gostavam de se vangloriar. Washington Luiz, por exemplo, na sua plataforma de candidato a presidente de São Paulo, referiu-se ao PRP exaltando o “espírito de continuidade administrativa” que contribuía para dar seqüência às realizações dos governos perrepistas (Debes, 1994: 191). Esta continuidade era, na verdade, o resultado necessário de um sistema político que matava no nascedouro qualquer possibilidade de alternância no poder, criando, assim, uma “burocracia política”, no caso, uma “burocracia perrepista”.

A partir da vitória republicana, transformado o PRP em organização do governo, o partido não poderia levar à cúpula do Estado indivíduos que ali atuassem como meros representantes de classe. Ao contrário, os seus membros deveriam estar preparados para tratar de problemas que ultrapassavam aquele estreito horizonte. À medida que as “questões administrativas” e as decisões que elas exigiam confrontavam-se com os

interesses imediatos de classe, desagradando às suas associações, o PRP passou a distanciar-se cada vez mais dos anseios que lhe deram origem. Uma outra consequência desse monopólio, que transformou o PRP em “partido do governo”, foi a crescente centralização da organização partidária. Nesse sentido, é interessante observar que o partido reproduziu na sua organização interna a mesma relação existente, fora dele, entre poder local e poder regional. Foi, assim, uma organização extremamente centralizada, detendo a sua Comissão Executiva todo o poder. A ela estavam totalmente subordinados os diretórios municipais. Segundo Casalecchi, o PRP, proclamada a República, reconhecia-se como um partido de governo que, enquanto tal, tinha “mais necessidade de uniformizar a ação coletiva”. Para tanto, era preciso restringir “tanto quanto possível o círculo de deliberação”. Este último seria, então, declaradamente limitado à Comissão Executiva, local de onde saíam as indicações dos ocupantes dos cargos eletivos, no Legislativo e no Executivo (Casalecchi, 1987: 82-83). De acordo com essa lógica, aos diretórios municipais caberia tão somente referendar as decisões da Comissão e, num segundo momento, nem mesmo isso⁵. Assim como os poderes municipais deveriam submeter-se docilmente às exigências do poder regional, os diretórios municipais do PRP achavam-se subordinados incondicionalmente à Comissão Executiva.

Portanto, a “política dos governadores”⁶ e o monopólio político por ela propiciado tiveram sobre o partido uma dupla consequência: de um lado, transformaram a agremiação em via exclusiva de acesso ao governo do Estado e à burocracia, estabelecendo entre o PRP e a administração estatal uma íntima relação; de outro, e

⁵ Para informações mais detalhadas acerca desse processo de centralização interna do PRP, ver Casalecchi, 1987:189-202. Ver também Carone e Junqueira, 1972, em especial as atas do partido de 07/11/1903, 01/06/1904, 01/10/1906, 21/11/1913, 11/09/1919 e 01/02/1923, páginas 186, 188, 192-193, 200 e 210, respectivamente, que ilustram as mudanças apresentadas por Casalecchi nos procedimentos relativos à indicação dos candidatos a cargos eletivos e à própria Comissão Executiva.

⁶ Com o fim do primeiro período republicano, sob o domínio dos militares, e superadas as crises de transição do governo Prudente de Moraes, chegara o momento de institucionalizar as relações entre poder central e governos estaduais. Até então, o país vinha sendo governado por oligarquias regionais solidamente enraizadas no coronelismo do interior, onde cada Estado, praticamente, constituía uma unidade autônoma. Empossado na presidência a 15 de novembro de 1898, Campos Sales deparou-se com a tarefa de dar uma forma política mais acabada a essa estrutura fragmentada. Denominada “política dos governadores”, significou, na prática, que o governo central deveria respeitar as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada Estado, desde que estes elegessem bancadas no Congresso absolutamente fiéis ao presidente da República. O que permitia aos partidos estaduais assegurar antecipadamente a composição das bancadas era justamente o controle dos coronéis sobre seu eleitorado, os célebres “currais eleitorais”. Neste esquema, o coronel controlava os votantes em sua área de influência. Ele obtinha votos para seu candidato em troca de presentes, como roupas e sapatos, ou de benefícios, como uma vaga num hospital ou um cargo público. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/a/politica-governadores.htm>. Acessado em 27 de maio de 2008.

conseqüentemente, aprofundaram a centralização do partido de modo a depositar na sua Comissão Executiva todo o poder de decisão acerca dos indicados para os cargos estatais, reprimindo, assim, a luta política em torno da questão.⁷

No entanto, dito desta forma, fica a impressão de que o PRP era um partido todo-poderoso ou, para usar a expressão weberiana, um partido “patrocinador de cargos”, cujo único objetivo consistia simplesmente em conduzir os seus chefes por meio de eleições à direção máxima do Estado, para que esses, por sua vez, distribuíssem os cargos entre os seus correligionários (Weber, 1984: 1078). Ao contrário do que pode parecer, a íntima aproximação entre governo e PRP depois do advento da República não redundou num controle do primeiro pelo segundo, mas exatamente no oposto. Com o passar do tempo, o Executivo estadual foi se fortalecendo cada vez mais, autonomizando-se em relação à Comissão Executiva do partido e submetendo-a aos seus desígnios. O PRP, enfraquecido frente ao Poder Executivo, foi, pouco a pouco, colocando-se em posição subordinada à alta cúpula burocrática do aparelho estatal, sediada naquele Poder, servindo-lhe de instrumento de represália política aos que se arriscavam na oposição. Assim, o partido era “forte” na medida em que derivava a sua força do Estado, impunha rígida disciplina aos seus militantes e deixava de ser um mero instrumento de classe; era “fraco”, porém, exatamente por estar inteiramente subordinado à alta cúpula burocrática sediada no Executivo.

Note-se, ainda, que o Legislativo paulista foi inteiramente esvaziado de poder durante o período, em função dos próprios princípios da “política dos governadores”. Dessa maneira, não havia para o partido um espaço autônomo de atuação, que lhe pudesse garantir uma certa independência frente ao Executivo. De acordo com Weber, em Estados onde os parlamentos são fracos ou inexistentes, os partidos perdem a capacidade de comandar a distribuição de cargos e colocam-se em posição subalterna frente à “burocracia dominante” (Weber, 1984:1079 e 1088). Foi o caso do PRP, que, subordinado à burocracia, não pôde instituir em São Paulo uma administração de “puros diletantes”, recrutados exclusivamente pelos critérios das relações pessoais, como seria de se esperar caso fosse um mero partido “patrocinador de cargos”, à moda dos partidos americanos.

⁷ É nesse sentido que devemos entender as palavras de José Maria dos Santos ao lamentar as mudanças sofridas pelo PRP com o advento da República: “Não se diga que de tal mutação tenha ele mesmo [o PRP] sido o responsável. Ele foi vencido [...]”. Santos, 1960: 121.

Assim, segundo Carone e Junqueira, embora a Comissão Executiva do PRP fosse um órgão poderoso dentro do partido, capaz de controlar os diretórios municipais, selecionando os candidatos a serem apresentados aos cargos públicos, funcionando, portanto, como órgão intermediário entre o Executivo e as reivindicações locais, ela não era, contudo, detentora de todo o poder, estando, ao contrário, submetida ao chefe do Executivo. Portanto, ainda de acordo com esses autores, o “partido se confunde com o Estado”, mas, certamente, em detrimento de sua autonomia. Ou seja, “o poder mestre é o Executivo” (Carone e Junqueira, 1972: 138).

O crescente e constante fortalecimento do Executivo estadual e a subordinação do partido à sua orientação fez crescer as dissidências no interior do PRP. Assim, em oposição ao período anterior (1873 a 1889), em que a organização distinguia-se pela sua identidade de classe e pela coesão daí decorrente, o partido começou a sofrer, a partir do advento da República, processos de luta interna. Certamente, nenhuma delas o feriu de morte, mas, apesar disso, mostram-se importantes exatamente por revelarem aquilo que procuramos descrever rapidamente acima. Ou seja, pensamos que as dissidências no interior do partido podem ser interpretadas como uma reação à sua subordinação às vontades do Executivo, servindo, assim, de mais um indício do fato de que o PRP deixou de ser um partido de classe, no sentido estrito, para se transformar num “partido do Estado”, isto é, de uma administração que, por várias razões, não era um mero instrumento a serviço dos interesses exportadores.

Como reforço dessa tese podemos citar o alerta de Campos Salles, Presidente da República, ao então dissidente Prudente de Moraes, em 1901. Este, descontente com a imposição do nome de Bernardino de Campos à sucessão estadual de Rodrigues Alves, procurou Salles para comunicar-lhe que, daquele momento em diante, far-lhe-ia oposição. Campos Salles respondeu-lhe o seguinte: “agradeço o aviso, mas você vai perder [...] por causa desta cadeira. Eu estou sentado nela; e quem nela se senta não pode ser vencido, dentro do estado” (*apud* Moraes, 1987: 69). Ora, ao falar de si, Campos Salles estava também falando de Rodrigues Alves, então chefe do Executivo paulista, cuja cadeira tinha os mesmos dons daquela em que se sentava o Presidente da República. Dessa forma, como lembra Love, a dissidência de 1901 não se pautava por uma mera oposição ao nome indicado, mas também ao modo de indicação, isto é, à “política dos governadores”, que dava ao Executivo o poder das graças e das desgraças

sobre qualquer indivíduo com pretensões políticas (Love, 1982:160) ⁸. Todos os outros conflitos políticos no interior do PRP estão, de uma ou outra maneira, vinculados a uma reação ao poder sufocante exercido pelo Presidente do estado sobre a política, em geral, e sobre o partido, em particular. Porém, os opositores foram sistematicamente derrotados.

Se analisarmos todas as dissidências por que passou o PRP, veremos que apenas duas delas (a de 1898, que gerou o efêmero Partido da Lavoura, e a de 1902, que levou os fazendeiros a pegarem em armas contra o partido) tiveram forte motivação econômica, dada a conjugação entre a crise de preços do café e a política contracionista de Campos Salles, apoiada, em nível estadual, por Rodrigues Alves. As outras foram dissidências eminentemente políticas, reações ao monopólio das indicações de candidatos, à prática da “política dos governadores” etc., que garantiam à orientação governista a tão auto-elogiada “continuidade administrativa” (Casalecchi, 1987: caps. 03 e 04).

Ao lado do “compromisso coronelista” e da “política dos governadores”, que estabeleceram as condições políticas que viabilizaram o processo acima descrito, é preciso também reconhecer que uma explicação complementar para as transformações sofridas pelo PRP reside nos imperativos colocados por uma economia exportadora baseada em um só produto. A manutenção do aparelho estatal e da “autoridade política” da burocracia paulista eram altamente dependentes dos recursos gerados pelo café, arrecadados através do imposto sobre a exportação. Este fato, conjugado com o caráter altamente instável da economia cafeeira, incentivou os agentes estatais a aprofundarem os mecanismos de controle sobre ela e a centralizá-los num *locus* do Estado que fosse o mais fechado possível às injunções políticas, no caso, a Secretaria da Fazenda. Ora, de nada adiantaria, de um lado, centralizar o comando dessa economia no Executivo e, de outro, manter independente o partido que controlava a vida política no estado, pois, dessa maneira, as disputas partidárias e os interesses corporativos que eventualmente se fizessem presentes no PRP poderiam ter influência direta nas questões relativas à política cafeeira. Manter um controle rígido sobre os órgãos de gestão da economia exportadora exigia enfraquecer o partido e submetê-lo às determinações do “poder mestre”, isto é, o Executivo.

⁸ Segundo Casalecchi, a indicação de Bernardino de Campos para a sucessão de Rodrigues Alves na Presidência do estado, feita por Campos Salles, foi encarada como uma intromissão indevida, já que deveria ser uma prerrogativa da Comissão Executiva do PRP. Cf. Casalecchi, 1987: 102.

Portanto, pensamos que o PRP deslocou-se da condição de um “partido de classe” para um “partido do Estado” por uma dupla determinação. De um lado, a estreita dependência frente a uma economia altamente instável exigia a centralização dos seus instrumentos de gestão no Executivo e o enfraquecimento do partido frente a este Poder, afastando, dessa forma, qualquer interferência das dissidências na condução das políticas tributária e cafeeira; de outro lado, aquele deslocamento pode ser visto como um efeito próprio do (ou, ao menos, como algo possibilitado pelo) “regime político” que se instalou no Brasil com o advento da República, especialmente com a implantação da “política dos governadores”, a partir de 1898. Como vimos, esse “regime político” suprimiu qualquer possibilidade de alternância no poder, condenou ao ostracismo qualquer oposição política e conferiu ao PRP o monopólio político em São Paulo. Isto levou a uma confusão entre partido e Estado, a uma aproximação íntima do PRP com as injunções da administração estatal, afastando-o das reivindicações imediatas da sua classe de origem. Tanto o primeiro como o segundo fator levaram a um enorme fortalecimento do Executivo, que pôde, assim, subjugar o partido às suas determinações. Portanto, não é de se estranhar que, na década de 1920, um poderoso setor do capital cafeeiro, descontente com a ação do Executivo e de seu partido, tenha se deslocado para a oposição política, criando o Partido Democrático, na esperança de que este último viesse a ser o PRP dos velhos tempos⁹. Ao dizermos isso, não estamos adotando aqui a posição, sugerida por alguns, de que o PRP teria se afastado dos interesses cafeeiros para se aproximar dos grupos industrialistas e outros setores alternativos. Esse tipo de afirmação parece-nos empiricamente incorreta. Se os industriais sempre apoiaram o PRP, não o fizeram porque o partido adotou uma postura industrialista, mas sim por não terem outra alternativa política senão dar apoio à agremiação que mantinha um controle permanente sobre os recursos governamentais. Para uma classe ainda pouco articulada, sem um projeto hegemônico próprio, incapaz de se constituir em força política autônoma e fustigada por uma oposição política xenófoba, posicionar-se contra o PRP

⁹ “Ora, aí está exatamente a definição do monopólio que, ilegal e inconstitucionalmente, pretende exercer através de todos os séculos porvindouros, o PRP. Esse partido constitui um grupo de pessoas que desejam a concentração em suas mãos, com exclusão de todas as mais, do comércio ou da indústria, consciente da exploração de rendosos cargos públicos, da representação e administração [...]. É esse partido um filho degenerado e espúrio do Partido Republicano da propaganda [...]. O atual PRP é o mais submisso dos lacaios para com os magnatas que estejam na chefia do Executivo, na União e no estado”. Cf. “Monopólio monstruoso”, de Mário Pinto Serva, *Diário Nacional*, 26/07/1927: 03. É preciso lembrar que a alta direção do Partido Democrático era formada, em grande parte, por nomes tradicionais do setor exportador cafeeiro. O presidente do partido era ninguém menos do que o grande magnata do café, Antônio Prado, fazendeiro, exportador, banqueiro, dono de ferrovias etc. Sobre o PD cf. Prado, 1986; Nogueira Filho, 1965 e Perissinotto, 1997, cap. IX.

seria cometer suicídio político. Além disso, a ninguém é dado ignorar o fato inegável de que a única “política econômica” (continuada e conseqüente) realmente existente no período foi apolítica cafeeira. Não se pode obscurecer o fato evidente de que a maior parte dos recursos estatais foram gastos com o objetivo de garantir a reprodução ampliada da economia exportadora. No entanto, essa identificação entre, de um lado, os interesses do Estado e do PRP e, de outro, os interesses mais gerais do setor exportador não esgota a relação entre ambos. Se o Estado promoveu a reprodução ampliada da economia cafeeira, o fez segundo um sentido específico, não redutível aos interesses imediatos da classe em questão, em alguns momentos até mesmo francamente contrários a eles, tanto a curto como a longo prazo. Nessas circunstâncias, o PRP foi um instrumento do Estado, e não da classe, utilizado pelo Executivo para vencer toda e qualquer oposição à forma pela qual a alta burocracia paulista conduzia apolítica econômica e tributária¹⁰.

O Republicanismo Gaúcho (1845-1930)

O republicanismo gaúcho tem origens mais controversas do que o paulista e o maior símbolo disso é a proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836 por Antônio de Sousa Neto (1801-1866), após a vitória dos insurretos farrapos em Seival. Entretanto, após a assinatura em 1845 do Tratado de Paz de Ponche Verde, acordo pelo qual o Rio Grande do Sul voltou a integrar o Império do Brasil, a política gaúcha passou a seguir os ditames nacionais (Pesavento, 2002: 39).

A proliferação do ideário republicano do Manifesto de 1870 chegou ao Rio Grande do Sul com um certo atraso. Em verdade, a política sul-rio-grandense durante o período imperial era, majoritariamente, terreno do Partido Liberal¹¹ e os militantes republicanos precisavam engajar-se nessa agremiação para obter espaço na política local, como foi o caso de Ramiro Fortes de Barcelos (1851-1916), eleito para Assembléia Provincial em 1877, sob a bandeira liberal. Todavia, em linhas gerais, o

¹⁰ E não só ela. O PRP foi também instrumento fundamental na imposição de todas as reformas burocratizantes do aparelho estatal, no Judiciário, na Polícia Civil, na Força Pública e nos órgãos fazendários. Para este ponto, cf. Perissinotto, 1997, cap. III.

¹¹ Segundo Newton Luis Garcia Carneiro (2000: 123), a história política gaúcha no período imperial é a história da polarização entre os “federal-regionalistas” ligados ao Partido Liberal (“luzias”, majoritários e hegemônicos) e os “centralistas-unitaristas” ligados ao Partido Conservador (“caramurus” ou depois “saquaremas”, minoritários). O Partido Liberal gaúcho originou-se de (e mais tarde derivou) várias organizações menores, explicitadas nos textos de Newton Carneiro (2000) e Helga Piccolo (1979), mas não achamos que essa pormenorização deva ser levada a cabo no presente texto.

Partido Liberal gaúcho não defendia a causa republicana, ao contrário de algumas outras províncias, onde parte do republicanismo local nasceu, por vezes, de dissidências do Partido Liberal provincial, como foi o caso do Paraná, por exemplo (Sêga, 2005: 226).

Diferentemente do republicanismo paulista, a configuração de um “partido de classe” no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX perpassou necessariamente pelas hostes do Partido Liberal imperial. Nesse ponto, para consubstanciar esse entendimento, nos rendemos às considerações de Newton Carneiro de que o autonomismo da elite local gaúcha somado ao processo da construção do Estado Nacional brasileiro ganhou visibilidade através do discurso parlamentar do Partido Liberal, porta-voz das camadas dominantes regionais (Carneiro, 2000: 122). A origem econômica dessas camadas dominantes estava ligada, grosso modo, à atividade pecuária da campanha. Dessa feita, parte do republicanismo gaúcho, como representação de classe dominante, se originou da camada mais progressista do Partido Liberal, geralmente oriunda dos estancieiros “letrados” ou absenteístas. Entrementes, o liberalismo professado no Rio Grande do Sul durante o período em tela deve ser entendido como uma doutrina política peculiar, conservadora e não democrática (Piccolo: 1998a: 196), pois para Helga Piccolo (1979: 105), as principais bandeiras dos liberais gaúchos eram a descentralização e o autogoverno. Destarte, os liberais da campanha alinhavam-se ao pensamento liberal clássico no tocante ao limite do controle do poder estatal sobre as liberdades individuais, posição política que acabou se fundindo com o ideário “federalista”, na compreensão das limitações do poder central brasileiro sobre a província sul-rio-grandense. Aqui apelamos novamente à historiadora gaúcha quando ela afirma que “o federalismo gaúcho remete ao poder privado regional e a seus interesses no espaço fronteiriço [...] pois, os estancieiros do Rio Grande do Sul, como fração da classe dominante local, queriam o Estado Imperial como porta-voz e defensor de seus interesses, se estes interesses não eram atendidos apregoavam e difundiam idéias autonomistas” (Piccolo, 1998b: 280-82). Como vimos, se para o capital cafeeiro paulista, a federação seria a forma de romper as amarras monárquicas, para o capital campeiro gaúcho, a mesma seria uma forma de pressão política. No tocante ao liberalismo, ele tinha reservas, pois quando a situação econômica apertava as frações de classe dominante campeiras demandavam intervenção do Estado para ajudar os estancieiros, mas na hora de praticar contrabando de charque na fronteira uruguaia eles queriam o aparato estatal há milhas de distância.

No tocante à hipótese de que o Partido Liberal constituiu-se o “partido de classe” no Rio Grande do Sul invocamos mais uma vez Newton Carneiro quando ele afirma que a “estrutura social rio-grandense conferiu ao liberalismo regional, no século XIX, predominância sob as demais estratégias de manutenção do poder” (Carneiro, 2000: 270).

Entrementes, dois fatores contribuíram para o realinhamento político interno do Rio Grande do Sul em fins do século XIX; primeiro, a lei Saraiva, de 1881, que concedeu maiores direitos políticos aos brasileiros naturalizados e aos acatólicos, ou seja, a massa dos colonos imigrantes (Piccolo, 1979: 116); segundo, a abolição da escravidão, que converteu inúmeros conservadores em republicanos (Carneiro, 2000: 197). O Partido Liberal, como “partido de classe”, não teve sensibilidade para incorporar esses atores políticos nas suas fileiras, o que acabou sendo feito pelo Partido Republicano Rio-Grandense, o PRR, que, ao nosso ver, assumiria depois o papel de “partido de administração estatal” no Estado gaúcho.

O PRR foi fundado por políticos gaúchos com intuito de fomentar o ideário republicano no Estado do Rio Grande do Sul e derivou do Clube Republicano de Porto Alegre que, em fevereiro de 1882, propôs uma convenção para eleição de uma comissão com poderes de organização de um partido republicano no Estado gaúcho. Participaram desse processo republicanos engajados das mais variadas camadas sociais, como Alcides de Mendonça Lima (1859-1935), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), Apolinário Porto Alegre (1844-1904), Carlos Barbosa Gonçalves (1851-1933), Demétrio Ribeiro (1850-1933), Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891), Fernando Fernandes Abbott (1857-1924), Germano Hasslocher (1862-1911), João de Barros Cassal (1858-1903), João Cezimbra Jacques (1848-1922), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), Ramiro Fortes de Barcelos, Venâncio Aires (1841-1885), entre outros (Trindade, 1979: 123). Os fundadores do PRR não pertenciam à tradicional elite campeira gaúcha, mas não eram pessoas das camadas subalternas. Muitos deles eram detentores de títulos acadêmicos e provinham, em boa parte, das regiões norte, missioneira e serrana do Estado, regiões de ocupação mais tardia e, portanto, de economia menos desenvolvida que a do charque.¹² Deveras, os fundadores do PRR constituíam uma classe média com mais capital cultural que capital econômico.

¹² Por exemplo, dois dos maiores nomes do PRR, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, eram oriundos da região de Cruz Alta.

O primeiro congresso do PRR aconteceu em 1883, sob liderança de Júlio de Castilhos, que passou a organizar o periódico “A Federação”, impresso que se tornaria porta-voz do PRR entre 1884 e 1937. “A Federação” sempre tentou articular a divulgação do positivismo com questões políticas regionais e nacionais, além de apresentar ocorrências policiais, classificados e reclames comerciais (Silva, 1986: 271).

Desde sua fundação, o PRR foi influenciado pela doutrina positivista de Augusto Comte, com ênfase na racionalidade e na “regeneração” da sociedade e, para tanto, apregoava que o aparato estatal deveria se colocar acima das classes sociais para gerenciar os conflitos inerentes do desenvolvimento capitalista, mas, no fundo, essa era a justificativa para a montagem de um projeto regional profundamente autoritário de modernização conservadora (Soares, 1998: 143). Ricardo Vélez Rodríguez, em seu trabalho “Castilhismo, uma filosofia da República”, mostra que o castilhismo original foi, essencialmente, uma adaptação promovida por Júlio de Castilho com o intento de substituir a noção do equilíbrio de interesses do liberalismo pela idéia da moralização dos indivíduos através da tutela do Estado (Rodríguez, 2000:74).

Em 1889, com a proclamação da República, o PRR (representante, em boa parte, de uma pequena burguesia urbana da capital) tentou consolidar o domínio sobre o governo do Estado do Rio Grande do Sul, mas isso não se deu de forma pacífica, pois os antigos membros do Partido Liberal também almejavam o poder e organizaram o Partido Federalista. Esse confronto resultou na “Revolução Federalista”, entre 1893 e 1895, um conflito extremamente violento, que terminou com a vitória das forças do PRR, consolidou o “castilhismo-borgismo”¹³ à frente do governo estadual gaúcho (Reckziegel, 2007: 23) e selou o fim da trajetória de transformação do Partido Liberal-Federalista de “partido de classe” em “partido de Estado”.

A inserção do Rio Grande do Sul na “política dos governadores” não acarretou mudanças institucionais no PRR em sua “natureza de classe” como vimos no caso paulista. Em termos classistas, o PRR foi muito mais uma combinação de vários grupos do que predominância de um. Nesse ponto, Celi Regina Pinto afirma que o PRR “desenvolveu um projeto não-oligárquico e o positivismo, ao mesmo tempo em que deu subsídios para o partido criar um Estado autoritário, que lhe garantiu a reprodução do

¹³ “Castilhismo-borgismo” (Franco, 2003) é a expressão mais aceita para designar a corrente política levada a cabo pelo PRR no Rio Grande do Sul durante quase toda Primeira República, consolidada a partir da doutrina professada por Júlio de Castilhos e da prática política levada a cabo por Borges de Medeiros. Castilhos foi redator de “A Federação”, deputado constituinte, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e elaborador da Constituição do Estado gaúcho de 1891, já Borges manteve-se à frente do executivo gaúcho como presidente de 1898 a 1928, com interrupção entre 1909 a 1913 (gestão de Carlos Barbosa).

poder, foi também a base doutrinária de um discurso que apresentava o partido acima de interesses particulares” (Pinto,1996: 13). A construção da imagem de Júlio de Castilhos como patriarca e mentor do republicanismo gaúcho foi, segundo Loiva Otero Félix, fruto da “necessidade histórica de uma minoria apresentar-se como maioria para legitimar e justificar uma identidade” (Félix,1996: 21).

Ora, se no caso paulista o poder legislativo foi esvaziado de poder durante o período em questão, como vimos anteriormente, no caso gaúcho não foi diferente, a Assembléia dos Representantes (legislativo estadual gaúcho à época) tinha suas prerrogativas bem cerceadas diante da hipertrofia do executivo e os trabalhos da mesma acabavam limitando-se a três reuniões anuais com o único intuito de votar o orçamento e verificar as contas do governo estadual (Piccolo, 1998a: 197). Em termos nacionais, o Estado gaúcho teve um papel mediano na política inaugurada por Campos Sales, ao lado do Rio de Janeiro e Pernambuco, que buscavam ocupar espaços atuando individualmente ou em conjunto. Contudo, o “compromisso coronelista” adquiriu, nas terras gaúchas, uma feição diferente e nesse ponto, alinhamo-nos ao entendimento da historiadora Loiva Otero Félix de que o coronelismo gaúcho fundiu as instâncias públicas e privadas de maneira muito própria e que ele variava de acordo com divisão regional: Zona Sul (campanha), Zona Serrana, Zona Colonial e Zona Litorânea. Para ela, a diferença do coronelismo gaúcho com o praticado nos demais estados em que o mesmo era essencialmente situacionista é que no Rio Grande do Sul existia uma oposição forte e permanente e a opção foi uma espécie de “coronelismo de partido”, entendido como uma execução das ordens do PRR por parte dos coronéis não por imposição política, mas por convicção partidária em manter de pé a estrutura política castilhista-borgista (Félix, 1996: 79).¹⁴

Com efeito, para consolidarmos o arrazoado da configuração de um “partido de Estado” no Rio Grande do Sul acreditamos o PRR transformou a agremiação em via exclusiva¹⁴ de acesso ao governo do Estado e à burocracia a partir do pressuposto de

¹⁴ Talvez a maior contribuição metodológica desse trabalho de Loiva Otero Félix foi o de rebater a noção de “coronel burocrata” preconizada por Raymundo Faoro em “Os donos do poder”. “O conceito de *coronel burocrata* encerra a idéia de uma liderança local, ungida por Borges de Medeiros para ocupar algum posto relativamente proeminente na burocracia estatal ou municipal, de forma a lhe render obediência incondicional na definição dos rumos da política municipal; segundo os autores (tradicionais), nem sempre o *coronel burocrata* tinha posses e patrimônio destacado; o conceito de *coronel burocrata* tendeu a esvaziar o conteúdo coronelista das análises relativas à política gaúcha” (Apud Axt, 2002:62).

que a vitória “chimanga”¹⁵ na Revolução Federalista acarretou um rearranjo do pacto oligárquico estadual, herdeiro do período imperial. Para subsidiarmos esse entendimento, cremos que a consolidação do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul castilhistaborgista deva ser entendida levando em conta três aspectos: primeiro, a motivação da elite dirigente em remodelar o aparato estatal em função ampliação dos atores políticos; segundo, o intervencionismo (por meio de políticas públicas) como forma de entendimento da elite dirigente com as frações de classe dominante e terceiro, o “compromisso coronelista” como fator de tensão entre o aparato estatal estadual gaúcho, o poder privado regional e o poder público federal (Axt, 2002: 58). Para Sandra Pesavento, “a partir da vitória republicana, tem-se a implantação, no Rio Grande do Sul, de um esquema de dominação apoiado num partido altamente burocratizado, rigidamente disciplinado e com embasamento filosófico definido” (Pesavento, 1979: 209).

Conclusão

À guisa de conclusão, parte da nossa preocupação foi problematizar as teses que qualificam o PRP como um “partido dos fazendeiros”, considerando esta classe como a proprietária do Estado. Autores como José Ênio Casalecchi (1987), Joseph Love (1982) e Mauricio Font (1983) já forneceram indícios que servem de subsídio a essa hipótese. Segundo este último, o desenvolvimento político de São Paulo permitiu a emergência de uma burocracia profissional que dividiu com o partido centralizado muitas de suas funções (Font, 1983: 342). Para Love, embora o PRP tivesse uma Comissão Executiva poderosa, por volta da década de 1920 grande parte de seu poder já havia sido absorvido pelo Executivo paulista (Love, 1982: 227, 231 e 165). De acordo com Casalecchi, o partido estava enlaçado ao Estado e deste “emanava todo o oxigênio essencial para a sua sobrevivência” (Casalecchi, 1987: 185). Por outro lado, outra parte da nossa preocupação foi mostrar que, no Rio Grande do Sul, a constituição classista do PRR foi heterogênea e a contraposição política ao Partido Liberal se deu pela defesa de novas propostas administrativas e pela incorporação de novos segmentos sociais, não só o estancieiro. Todavia, como no resto do país sob a égide da “política dos governadores”,

¹⁵ Do guarani “ximango”, ave falconiforme de rapina, comum no extremo sul do Brasil e que virou epíteto depreciativo dado pelos federalistas (“maragatos”) aos governistas, membros do PRR (Sêga, 2005: 98).

o sistema político do PRR continuou fechado e a participação da sociedade civil nas decisões continuou extremamente reduzida.

Se num primeiro momento (1873-98), o PRP pode ser identificado como um partido de classe, seja pela sua composição social, seja pelos temas que dominavam a sua agenda de discussão, no Rio Grande do Sul esse tipo de agremiação começou se configurar com as disputas da Guerra dos Farrapos (1835) e se desenvolver e consolidar-se no decurso do Segundo Império (1840-89) por meio do Partido Liberal.

No caso paulista, num segundo momento, em especial depois da implementação da “política dos governadores” (1898 a 1930), cuja operacionalidade baseava-se no “compromisso coronelista”, o PRP passou a ter uma relação tão íntima com a administração estatal, que, paulatinamente, vai se “contaminando” pelas suas preocupações. Enquanto partido subordinado à burocracia, o PRP irá refletir as suas demandas e orientações em detrimento das de sua classe de origem. Por outro lado, a constituição de um “partido de Estado” no Rio Grande do Sul não nasceu de uma continuidade, mas de uma ruptura muito violenta, a Revolução Federalista, que forjou um “consenso” profundamente autoritário nesse Estado por quase quatro décadas.

Ao nosso ver, essas mudanças se deram, em parte, por força do regime político imposto pela República, em especial depois de 1898, com a implementação da “política dos governadores”. Assim, defendemos que as mudanças ocorridas ao nível do “regime político” (modalidades de luta política e partidária) tiveram efeitos diretos sobre os partidos em questão e sobre as suas capacidades de representação dos interesses de classe. As práticas políticas tradicionais presentes na base do “compromisso coronelista” foram politicamente funcionais ao processo de construção de duas estruturas políticas crescentemente burocratizadas e centralizadas, ditas “modernas”.

Por fim, acreditamos que a contribuição maior desse texto foi tentar mostrar como a heterogeneidade regional advinda da formação do Estado Nacional brasileiro forjou, nas unidades federadas em questão, republicanismos diferentes entre si, mas parecidos no caráter conservador e elitista, marca registrada da política brasileira, em todos quadrantes geográficos.

Bibliografia

AXT, Gunter. “Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas.” *Métis História Cultura*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-70, 2002.

_____. Orçamento público, controle e cooptação no Rio Grande do Sul coronelista. *Métis História Cultura*, Caxias do Sul, v. 3, n. 5, pp. 211-236, 2004.

_____. “Apontamentos sobre o sistema castilhistas-borgistas de relações de poder”. In: AXT, Gunter et alii. (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre, Nova Prova, 2005.

_____. “Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder”. In: GOLIN, Tau & BOEIRA, Nelson (orgs.). *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*, Vol. 3, Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BARRIGUELLI, José Cláudio (org.). *O pensamento político da classe dominante paulista (1873-1928)*. São Carlos, UFSCAR /Arquivo de História Contemporânea, 1986.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo, Edusp, 1996.

BERSTEIN, Serge. “Os partidos políticos”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV/UFRJ, 1996.

BLOCK, Fred. “Beyond Relative Autonomy: State Managers as Historical Subjects”. In: R. MILIBAND e J. SAVILLE (Orgs.), *Socialist Register*, Londres, Merlin Press, 1980.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BOEIRA, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

BOSI, Alfredo. “A arqueologia do Estado-providência, sobre um enxerto de idéias de longa duração”. In: IDEM. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

_____. “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração”. In: EPERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). *Do positivismo à desconstrução; idéias francesas na América*. São Paulo, USP, 2004.

CARNEIRO, Newton L. G. *A identidade inacabada, o regionalismo político no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARONE, Edgar e JUNQUEIRA, Maria Sílvia A. “Atas do Partido Republicano Paulista”. *Estudos Históricos*, nº. 11, Marília, pp. 135-223, 1972.

CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília, Editorada UNB, 1980.

_____. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. Rio de Janeiro, Dados, vol. 40, nº. 3, pp. 229-250, 1997.

CASALECCHI, José Ênio. O Partido Republicano paulista. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DEBES, Célio. Júlio Prestes e a Primeira República. São Paulo, IMESP/DAESP, 1982. _____. Washington Luiz: 1869-1924. São Paulo, IMESP, 1994.

DUARTE, José B. 100 anos da política brasileira e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX. Pelotas, UFPel, 1996.

EGAS, Eugênio. Organização do Estado de São Paulo. São Paulo, Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1924.

_____. Galeria dos Presidentes de São Paulo: período republicano (1889-1920). Vols. II e III, São Paulo, Seção de Obras d' O Estado de São Paulo, 1927.

ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893. s/ed.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 2 vols., 7ª ed., Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987.

FAUSTO, Boris. “Estado e burguesia agro-exportadora na Primeira República”. Novos Estudos Cebrap. 27, São Paulo, julho 1990, pp. 120-127.

FÉLIX, Loiva O. Coronelismo, borgismo e cooptação política. 2ª ed., Porto Alegre, UFRGS, 1996.

FERNANDES, Heloisa. Política e segurança. Força Pública do estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

FONT, Mauricio. Planters and the State: The Pursuit of Hegemony in São Paulo, Brazil: 1889-1930. Ph.D. Dissertation, University of Michigan, 1983.

FRANCO, Sérgio da C. Júlio de Castilhos e sua época. 2ª ed., Porto Alegre, UFRGS, 1988.

_____. “Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros”. In: Métis História Cultura, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, pp. 129-137, 2002.

_____. “Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo”. In: Métis História Cultura, Caxias do Sul, vol. 2, n. 4, pp. 263-271, 2003.

FRITSCH, Winston. *External Constraints on Economic Policy in Brazil: 1889-1930*. Londres, MacMillan Press, 1988.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado, 1998.

GRILL, Igor G. *Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul*. In: *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 48, nº. 3, 2005.

HERRLEIN JR. Ronaldo. “A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação”. *Economia e Sociedade*. Campinas, vol. 13, nº. 1, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “São Paulo”. In: S. B. de HOLANDA (org.), *História geral da civilização brasileira*, Vol. 2, Tomo II, São Paulo, Difel, pp. 415-472, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

KUGELMAS, Eduardo. *A difícil hegemonia*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

LEVI, Darrel E. (1977), *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70.

LIMA, Heitor Ferreira. *Perfil político de Silva Jardim*. Coleção Brasileira, vol. 383, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

_____. *São Paulo na federação brasileira, 1889-1937: a locomotiva*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo, Difel, tomo III, 1º vol., 1985.

MENDES, Maralucia Rodrigues *Entre o “Saber” e o “Poder”. Os políticos profissionais do Governo Castilista (1891-1900)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado, UFRGS, 1999.

MENDES, Rogério B. “Getúlio Vargas e o desenvolvimento nacional”. In: *Perspectivas*. São Paulo, nº. 27, 2005.

MORAES, Plínio Guimarães. *Condições de funcionamento do “bloco regional cafeeiro paulista”: 1889-1919*. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, Campinas, 1987.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a revolução de 1930. 2 vol. 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1965.

PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas, UNICAMP, 1994.

_____. Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). Tese de doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1997.

_____. O Partido Republicano Paulista de 1873 a 1930: da classe ao Estado. História Unisinos, São Leopoldo, v. 8, n. 8, pp. 57-87, 2003.

PRADO, Maria Lígia Coelho. A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934. São Paulo, Ática, 1986.

PENNA, Lincoln de A. República brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

_____. “RS: historiografia e ideologia”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. RS: cultura & ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

_____. História do Rio Grande do Sul. 9ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, Helga I. L. “A política rio-grandense no Império”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. (orgs.) RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

_____. “O autoritarismo de Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas: a ‘gauchização’ da política brasileira no pós-1930”. In: TARGA, Luiz R. P. (org.) Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre, UFRGS/FEE/UNIVATES, 1998a.

_____. “O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul”. In: TARGA, Luiz R. P. (org.) Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre, UFRGS/FEE/UNIVATES, 1998b.

PINTO, Celi R. Positivismo, um projeto político alternativo. Porto Alegre, L&PM, 1986.

PORTO, Costa. Pinheiro Machado e seu tempo. 2ª ed., Porto Alegre, L&PM/ Brasília, INL, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In: B.FAUSTO (org.), História geral da civilização brasileira, Vol. 3, Tomo I, São Paulo, Difel, pp.153-191, 1985.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, 1893-1904. Passo Fundo, EDIUPF, 1999.

_____. “1893: a revolução além da fronteira”. In: GOLIN, Tau & BOEIRA, Nelson (orgs). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, Vol. 3, Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.

RODRÍGUEZ, Ricardo V. Castilhismo, uma filosofia da República. Brasília, Senado Federal, 2000.

SAES, Flávio. A grande empresa de serviço público na economia cafeeira. São Paulo, HUCITEC, 1986.

SANTOS, José Maria dos. Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista: subsídios para a história da República. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1960.

SÊGA, Rafael A. Tempos belicosos, a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907). Curitiba, Aos Quatro Ventos/CEFET-PR, 2005.

SILVA, Jandira M. M. da et alii. Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre, CORAG, 1986.

SILVEIRA, Rosa M. G. Republicanismo e federalismo: um estudo da implementação da República federativa: 1889-1902. Brasília, Senado Federal/Editora da UFPb, 1978.

SOARES, Mozart P. O positivismo no Brasil, 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na República Velha”. In: Brasil em perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, pp. 183-252, 1968.

TARGA, Luiz R. P. A fundação do Estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_63.pdf. Acessado em 13 dez. 2007.

TOPIK, Steven. A presença do Estado na economia política do Brasil: 1889-1930. Rio de Janeiro, Record, 1987.

TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. (orgs.) RS: economia & política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

_____. Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1891-1937. Porto Alegre, Sulina, 1980.

URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial. São Paulo, Difel, 1978.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 7ª edição, México, Fondo de Cultura Econômica, 1984.

ZIMMERMANN, Maria Emília M. O PRP e os fazendeiros de café. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.



CERTIFICAMOS

QUE **RAFAEL A. SÊGA**

PARTICIPOU, NA QUALIDADE DE PALESTRANTE, DA XIV SEMANA DE HISTÓRIA DO PARANÁ,
REALIZADA NA CINEMATECA DE CURITIBA, DE 24 A 26 DE SETEMBRO DE 2008,

PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA E ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS.

REGISTRO DE LIVRO Nº 01/DPC, FOLHA 5. CARGA HORÁRIA 6 h/a

CURITIBA, 26 DE SETEMBRO DE 2008.


Christine Vianha Baptista
Diretora do Patrimônio Cultural/FCC


Carlos Roberto Antunes dos Santos
Academia Paranaense de Letras



CURITIBA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais



Reg. 11.226
Pag. 79v
Livro 008

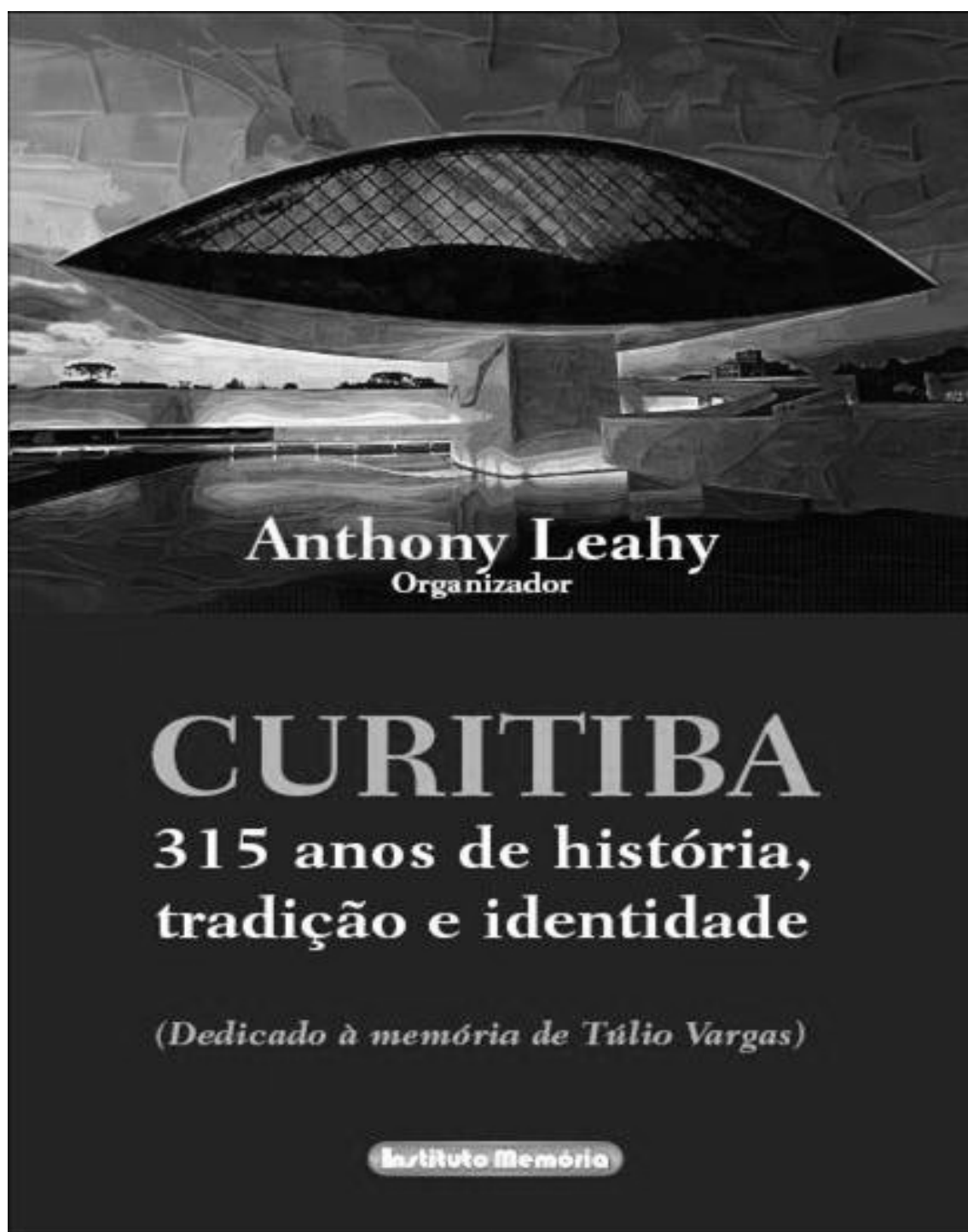


CERTIDÃO

Certificamos, que o trabalho "*Getúlio Vargas sob a perspectiva regional*" - Área Temática: História, regiões e práticas, autoria de "SEGA, Rafael Augustus", foi apresentado por **Rafael Augustus Segá**, na categoria ORAL, durante o Evento de Extensão **XXXVIII SEMANA DE HISTÓRIA – HISTÓRIA & REGIÕES – "Diversos Olhares, Diferentes Temáticas"**, realizado no período de 24 a 26 de setembro de 2008, no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, numa promoção do Departamento de História.

Ponta Grossa, setembro de 2008.


Miguel Sanches Neto
Pró-Reitor



Rafael Augustus Sêga

TEMPOS BELICOSOS

A Revolução
Federalista
no Paraná

Instituto Memória



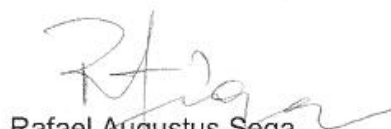
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

Ata de Apresentação Pública de Trabalho de Conclusão de Pós Doutorado

No dia 07 de novembro de 2008, às quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniram-se o Prof Dr Renato Monseff Perissinotto (supervisor de Pós Doutorado), o pesquisador **Rafael Augustus Sêga**, professores e alunos do Programa de Pós Graduação em Sociologia, para apresentação pública do trabalho de conclusão de Pós Doutorado "JOVEM VARGAS, REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DE GETÚLIO VARGAS ANTERIOR À REVOLUÇÃO DE 1930", para obtenção do Título de Pós Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro estabelecido pelo Colegiado do Programa sob a coordenação do Supervisor. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, o supervisor declarou **APROVADO O TRABALHO**. Curitiba, 07 de novembro de 2008.



Prof Dr Renato Monseff Perissinotto
Supervisor



Rafael Augustus Sêga
Pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 360-5173


DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **Rafael Augustus Sêga**, apresentou o trabalho de conclusão de Pós Doutorado "JOVEM VARGAS, REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DE GETÚLIO VARGAS ANTERIOR À REVOLUÇÃO DE 1930", para obtenção do Título de Pós Doutor em Sociologia.

O Trabalho foi APROVADO e o processo para expedição do certificado do Título de Pós Doutor em Sociologia será encaminhado para Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPR.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 07 de novembro de 2008


Sueli Helena Andolfato de Sales
Secretária do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
Matr. 0342448